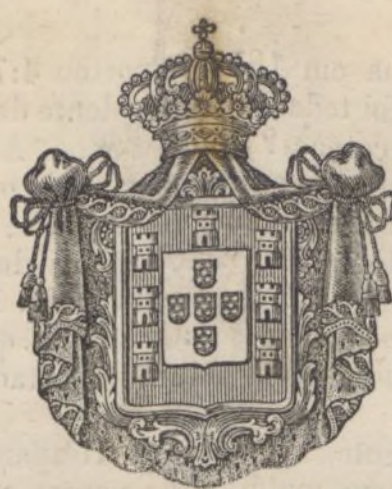


## ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	20\$00
Anuncios, por linha	20\$00

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde devesse se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se recebem dois exemplares.



# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Segunda-feira 4 de junho

PREÇOS

## ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$800
Por tres mezes	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	20\$00

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUCCÃO PUBLICA

2.ª Repartição—1.ª Secção

Sendo presente a Sua Magestade El-Rei o officio do conselheiro reitor da universidade de Coimbra de 25 do corrente, em que pondera a impossibilidade de dar no actual anno lectivo plena execução ao decreto de 19 de setembro de 1854, na parte em que dispõe que as mezas dos exames preparatorios

para a admissão á primeira matricula nos cursos academicos sejam compostas de lentes da universidade e professores do lyceu de Coimbra, por isso que achando-se impedidos por commissões do serviço e exercicio em cortes, e por molestia, muitos lentes, e estando tambem vagos alguns logares, todos os mais lentes têm de ser empregados effectivamente no expediente dos actos: ha o mesmo augusto senhor por bem, conformando-se com o parecer do conselheiro reitor, ordenar que, por esta vez somente, possam ser empregados n'aquelle serviço os doutores das diversas faculdades academicas, quando absolutamente não seja possível encarregar da presidencia dos exames preparatorios os lentes das faculdades academicas, e porque este serviço é tão importante e tão urgente como o dos proprios actos. Sua Magestade confia que o prelado da

universidade empregará toda a sua solicitude para que n'esses exames se mantenha aquelle salutar rigor de que particularmente depende o aproveitamento dos estudos e o progresso dos alumnos nos cursos superiores, para que estes exames não indispensavel habilitação. O que assim se participa ao conselheiro reitor da universidade, para sua intelligencia e devidos effectos.

Paço das Necessidades, em 30 de maio de 1860.

—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

## MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição central

Devido a força militar, que se destina para a provincia de Angola, ir acompanhada por um offi-

cial habilitado com o curso da arma de engenharia, assim se annuncia, para que no caso de algum dos officios militares com o referido curso, que estão empregados n'este ministerio, querer aceitar aquella commissão, o declare immediata e directamente ao ministerio dos negocios da guerra; na intelligencia de que o official que for nomeado para a mencionada provincia será logo considerado no quadro da arma de engenharia, sujeitando-se ás disposições do decreto de 10 de setembro de 1846, recebendo vencimento dobrado de soldo e gratificação somente durante o tempo que durar o objecto da expedição em Angola, que nunca será inferior a quatorze mezes.

Ministerio das obras publicas, commercio e industria, 2 de junho de 1860.—Ernesto de Faria.

DIRECCÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Boletim dos preços correntes de fundos publicos, titulos de divida publica sem juro, acções de bancos e de companhias, e do curso dos cambios, na semana finda em 2 de junho de 1860

PAPEIS DE CREDITO PUBLICO				ACÇÕES DE BANCOS E DE COMPANHIAS											
Fundos publicos				DESIGNAÇÃO DAS ACÇÕES				NUMERO DAS QUE PREFEREM A TOTALIDADE DO CAPITAL	VALOR NOMINAL DE CADA UMA ACÇÃO	QUANTAS ACÇÕES ESTÃO JÁ EMITIDAS	DESEMBOLSO		PREÇOS COTADOS	ULTIMO DIVIDENDO PAG.	
Inscrições de assentamento de 3 por cento (juro pago até fim do 1.º semestre de 1860) . . . . .				45 1/2	46										
Inscrições com coupons (idem idem) . . . . .				44 1/2	45										
Certificados de divida differida . . . . .				33	33 1/2										
Titulos de divida publica sem juro															
Titulos de divida publica (antigos) . . . . .				1	2										
Ditos azues . . . . .				1 1/2	2 1/2										
Ditos das tres operações . . . . .				12	17										
Papel-moeda . . . . .				27	29										
CURSO DOS CAMBIOS															
PRAÇAS	PRASO	EQUIVALENCIAS	CAMBIOS												
Londres . . . . .	30 d. v.	Por 1\$000 réis . . . . .	53 1/2	BANCOS . . . . .	(de Portugal (titulos de cinco acções) . . . . .	16.000	500 \$000	todas	500 \$000	548 \$000	550 \$000	2.º semestre de 1859			
	60 d. v.	" "													

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 2 de junho de 1860.—O syndico, Miguel Mac Bride.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 2 de junho de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

## Boletim dos premios de seguros maritimos effectuados, na semana finda em 2 de junho de 1860

PORTOS D'ONDE E PARA ONDE SE CONVENCIIONARAM OS SEGUROS				PREMIOS	
PROCEDENCIAS	DESTINOS	EM NAVIOS DE VELA	EM BARCOS A VAPOR		
Genova	1 por cento	1	1/2		
Liverpool	2 1/2	1 1/2	1/2		
Mocambique e Goa	1 1/2	1 1/2	1/2		
Parak	1 1/2	1 1/2	1/2		
Pernambuco	1 1/2	1 1/2	1/2		
Porto	3/4	1/2	1/2		
Rio de Janeiro	3/4	1/2	1/2		
Maranhão	1	1	1		
Mocambique	1	1	1		
Lisboa	1	1	1		
Vianna do Castelo	3/4	1/2	1/2		
Figueira	3/4	1/2	1/2		
Villa da Praia	3/4	1/2	1/2		
S. Thiago	3/4	1/2	1/2		
Southampton	1	1	1		
Dunkerque	1	1	1		
Ostende	1	1	1		
Pomeron	3/4	1/2	1/2		
Marsella	1	1	1		
S. Thomé	1	1	1		
Londra	1	1	1		
Hartlepool	1	1	1		
Pomeron	1	1	1		
New Castle	1	1	1		

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 2 de junho de 1860.

—O syndico, Miguel Mac Bride.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 2 de junho de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

## GOVERNO CIVIL DE LISBOA

Em cumprimento de ordens emanadas do ministerio das obras publicas, commercio e industria, se faz publico por este governo civil, que tendo requerido Joseph Griffiths patente de introdução pelo espaço de cinco annos para uma machina em ponto pequeno, do mesmo teor do da camara obscura, para servir em tirar retratos e vistas photographicas em ponto muito grande, se põe a concurso esta patente nos termos do artigo 23.º do decreto de 31 de dezembro de 1852; convidando-se assim todas as pessoas a quem a mesma possa convir por menor prazo de tempo, para apresentarem as suas propostas n'esta repartição dentro de trinta dias, contados da data do *Diario de Lisboa* em que este annuncio for pela primeira vez inserto.

## LYCEU NACIONAL DE LISBOA

O conselho do lyceu nacional de Lisboa manda annunciar que os requerimentos dos alumnos estranhos ao lyceu, que pretendam n'elle ser examinados no proximo mez de julho, se recebem desde já na caixa da secretaria do mesmo lyceu, provisoriamente estabelecida no edificio do largo do Poço Novo, com entrada pela rua dos Poyaes de S. Bento n.º 7; e que para regularidade d'este serviço tem resolvido que, passado o dia 16 do corrente mez, não seja attendido requerimento algum para o indicado fim, reservando-se o conselho a apreciar a justificação de alguma causa, com que posteriormente se pretenda mostrar a impossibilidade de ter requerido por si ou por outrem no mencionado prazo.

Os examinados, ou quem os represente, deverão n'um só requerimento declarar todos os exames que pretendem fazer na indicada epocha, ainda mesmo os que hajam de depender do exito de outros, a que tenham de ser previamente admittidos; e no dia immediato á entrada do requerimento comparecerão na dita secretaria, não só para se informarem

do despacho que tiverem obtido, mas tambem para procederem aos mais actos preparatorios que a lei determina, entendendo-se terem desistido da pretensão os que assim não tiverem praticado até o dia 18 do corrente mez, passado o qual dia se tratará de organizar as pautas dos examinados, nas quaes serão somente incluídos os que tiverem satisfeito a todas estas prescripções legais.

Todos os requerimentos serão escriptos em papel com o sello da lei, e devem conter o nome, filiação, patria, idade, e actual residencia do examinando.

Secretaria do lyceu nacional de Lisboa, 1 de junho de 1860.—José Maria da Silveira Almendro, secretario.

## CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Sendo necessario mandar para Timor um cirurgião approvedo por alguma das escolas do reino, abre-se concurso perante o conselho de saude naval e do ultramar para o provimento do referido logar. Os ultimativos que se acharem nas circunstancias de desempenhar aquella commissão poderão entregar os seus requerimentos, devidamente documentados, no hospital da marinha, declarando as vantagens que pretenderem.

Hospital da marinha, 7 de abril de 1860.—Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

Não se tendo effectuado a venda, annunciada para o dia 25 do corrente, de diversos generos avariados existentes no respectivo deposito do arsenal da marinha, de novo se abrirá praça para a dita venda no dia 4 do proximo mez de junho, pelo meio da, na sala das sessões do conselho de administração da marinha.

Sala das sessões do conselho de administração da marinha, 30 de maio de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

## CORPO DE ARTILHERIA

O conselho administrativo das baterias apparelhadas do corpo de artilheria, de quartel na Boa Hora, em Belem, pretende dar de arrematação a obra do encaçamento de agua para a cozinha do dito quartel, e outras obras que no mesmo são necessarias.

Os individuos a quem interessar o presente annuncio queiram apresentar-se na sala das sessões do conselho administrativo no dia 16 do corrente mez, ás onze horas do dia.

Quartel na Boa Hora, em Belem, 1.º de junho de 1860.—José Antonio da Costa Braklany, 2.º tenente do 1.º regimento, secretario.

## PARTE NÃO OFFICIAL

## CORTES

## CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 21 DE MAIO

PRESIDENTE O EX.º SR. VISCONDE DE LABORIM

VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello)

(D. Pedro Brito do Rio.

(Assistem os srs. presidente do conselho, e ministros da guerra e fazenda).

Depois das duas horas da tarde, tendo-se verificado a presença de 26 dignos pares, declarou o ex.º sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da antecedente, contra a qual não houve reclamação.

O sr. secretario Conde de Mello deu conta do seguinte:

## CORRESPONDENCIA

Um officio da presidencia da camara dos srs. deputados, enviando uma proposição sobre as disposições por que deve regular-se a contribuição predial.—A commissão de fazenda.

Do ministerio da marinha, remetendo um authographo do decreto das cortes geraes sob n.º 6.—Para o archivo.

## ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI PARA A ADMISSÃO DAS AGUARDENTES ESTRANGEIRAS

O sr. Presidente:—lembro á camara que continuam a estar em discussão o artigo 1.º com os competentes §§, e a indicação do digno par o sr. Marquez de Niza; está tambem sobre a mesa a indicação do digno par o sr. visconde de Balsemão, que se vae ler.

O sr. secretario Conde de Mello:—a indicação do digno par o sr. visconde de Balsemão refere-se á primeira parte do artigo 1.º; o artigo 1.º diz assim (leu).

E o sr. visconde de Balsemão propõe que seja assim (leu).

Admittida e entrou em discussão o artigo 1.º O sr. Visconde de Gouveia:—sr. presidente, depois de poucas palavras que proferi na sessão passada, alguns dignos pares insistiram nas suas opiniões contra este artigo do projecto; e outros a favor de uma emenda que foi apresentada a esse artigo. Aumentando de modo a

se considerar prejudicial á agricultura; e entre os dignos pares que apoiaram esta idéa, houve um, se bem me lembro, o sr. barão de Porto de Moz, que com aquella proficiencia que lhe conhecemos, e com o amor que tem manifestado tantas vezes pela industria agricola, levou a sua argumentação até accusar esta camara e o governo, de oppostos aos interesses do lavrador, e de parciais a favor das industrias fabris. S. ex.ª viu em cada lei, em cada decreto, um golpe na agricultura; e uma protecção e preferencia formal em favor das outras industrias.

Porém, sr. presidente, eu não vejo n'este artigo do projecto essa desconsideração, esse desfavor. O fabrico da aguardente é uma industria como qualquer outra. O proprietario, o lavrador, nem sempre é o fabricante. E um producto em que entra duas vezes o elemento industrial. A agricultura interessa tambem n'elle duplicadamente, porque facilita a venda e extracção dos vinhos, como materia prima, e porque entrando mais tarde na sua composição e preparo, lhes augmenta o valor. Ora no segundo caso é innegavel que, quanto mais facilitarmos a introdução das aguardentes, mais facilitaremos aos lavradores o aperfeiçoamento dos seus vinhos.

Sr. presidente, a maior parte dos dignos pares, que se acham presentes, são proprietarios, eu tambem o sou, todos somos interessados no progresso da agricultura. São viços os receios do digno par, quando nos supõe hostis a ella. Mas isto não quer dizer que sejamos parciais por esta industria. Nós não representamos aqui os nossos interesses individuais; representamos o paiz inteiro, os interesses de todos, o bem e a causa publica, diante de nós não ha classes, ha a nação.

Não é de direitos de excessiva protecção, que a agricultura progredirá; o exemplo é bem claro em toda a parte; ainda ha pouco se ventillou esta questão na Inglaterra, onde havia bastantes partidarios da protecção. E essa protecção descendo gradualmente traduziu-se na luminosa idéa da liberdade do commercio, para a qual se caminha com passos agigantados.

Tenhamos estradas e caminhos de ferro, tenhamos quintas e instrumentos modelos; criemos bancos ruraes; facilitemos os capitais e a instrução ao agricultor. E assim estas medidas, e não com o obsoleto e retrogrado principio da protecção que animaremos a agricultura.

Que resultado temos nós tirado da prohibição da entrada dos cereaes? Uma oscillação constante de preços no mercado. O lavrador nunca está seguro, porque não pôde contar com o preço por que ha de vender os seus productos; e é principalmente das medidas prohibitivas que tem resultado essa oscillação. Em annos de escassez um preço exorbitante, que vem acompanhado da fome, da ruína de muitas familias, e de pouca vantagem do lavrador, que vê encarecer tambem os salarios, e subir o preço dos outros generos de consumo. Em annos de abundancia uma diminuição tal de preços, que o proprietario fica arruinado. Eis o que succedia ha poucos annos.

Quando se estabelecer uma protecção moderada (porque não se pôde marchar com passos de gigante), o preço dos generos ha de equilibrar-se, e d'este equilibrio é que resulta o beneficio para o lavrador, porque elle conta com as suas rendas certas.

Sr. presidente, eu tenho-me um pouco afastado da questão, do que peço desculpa á camara, mas a questão dos cereaes tem connexão com esta materia.

Disse o mesmo digno par que ás nossas industrias se dava uma protecção demasiada e havia um desequilibrio para com a industria agricola. Porém

as circunstancias são muito diversas. O agricultor tem as suas terras, que tem valor real, tem um trabalho uniforme, e tem maior certeza de venda, porque os productos alimenticios têm sempre mais certeza de extracção. O industrial tem um capital movel, cuja boa applicação falla a cada passo; ás vezes tem só o seu trabalho exercido sobre um capital alheio, e tem sempre diante dos olhos as incertezas e oscillações da venda.

Sr. presidente, eu sou o primeiro a reconhecer que ha alguns casos em que certas industrias não devem ter protecção. Ha industrias que são por ora impossiveis no nosso paiz. Ha mesmo certos productos, que sendo de primeira necessidade para o lavrador, para o industrial, para toda a nação, devem ser desprotegidos, porque da sua abundancia e barateza provém a commodidade e a riqueza geral.

Alguns dos dignos pares que me precederam fizeram grave injuria ás nossas industrias fabris. Muitas d'ellas não estão estacionarias, e á sombra d'esses direitos, que se reprovam, têm melhorado mais do que se presume.

Nós estamos muito mais adiantados em fabricas do que pensamos. Eu não fallo das de Lisboa, porque pouco conhecimento d'ellas tenho; mas desejava que os dignos pares fizessem uma viagem ás provincias do norte, onde as fabricas têm tomado grande incremento, com especialidade na cidade do Porto, onde apresentam um aspecto muito lisongeiro.

O nosso maior defeito, sr. presidente, e o que lhes causa mais prejuizo, é não supormos bom senão o que é estrangeiro (*apudados*), e acontece que os nossos productos se acobertam com a capa de estrangeiros para assim terem melhor venda. Quantas pessoas não fazem uso de objectos nacionaes que julgam estrangeiros! Talvez muitos dos dignos pares presentes supponham que trazem sobre si estofos inglezes ou francezes, e que sejam fabricados nas nossas excellentes fabricas de tecidos do Porto ou de Portalegre. Mas o tão apregoado amor da nossa nacionalidade traduz-se n'esta vergonha: o rotulo estrangeiro para vendermos o que é nacional.

Nós temos uma fabrica de sola tão excelente na cidade do Porto, que talvez seja das melhores da Europa, e são tão perfectos os seus productos que o paiz é demasiadamente pobre para os poder consumir, e são quasi todos vendidos para a Inglaterra por alto preço.

Nós temos, sr. presidente, optimas fabricas de fiação, e de tecidos de lã, não só em Portalegre, Covilhã, e Gouveia; mas no Porto e Amarante. Talvez a terça parte da população d'aquella importante cidade do Porto viva exclusivamente dos trabalhos fabris. Muitos não têm outro capital alem do seu braço, com que trabalham noite e dia, para sustentar-se a si, e a seus filhos, e familias.

A esta gente quizera eu que os dignos pares dessem mais consideração. Estes homens fizeram sempre grandes serviços ao seu paiz em todas as epochas. Foram elles que principalmente sustentaram a causa da liberdade no memoravel cerco do Porto, formando esses batalhões valentes e aguerridos, que voltavam no fim da luta para o seu trabalho, sem pedirem recompensa. Elles ainda hoje estão prontos para combater pela independencia nacional, se ella alguma vez se vir ameaçada, pois não lhes falta nem o patriotismo, nem a coragem. E portanto não posso ouvir que se desconsiderem os nossos fabricantes, nem a nossa industria que é importantissima, não só pelo numero de braços que emprega; mas pelos seus excellentes productos, e pelas virtudes civicas dos seus operarios.

Sr. presidente, as aguardentes entram na confecção



com a incerteza, que paralysa todas as operações commerciaes.

Quando todos os interesses assim se conciliam é do meu dever votar e pugnar pela approvação ampla d'esta medida.

O sr. Visconde de Castro:—sr. presidente, devo principiar por pedir á camara que se sirva dispensar-me de membro da commissão de agricultura. V. ex.ª e a camara observaram a maneira por que foi recebido aqui o parecer da commissão de fazenda, sobre o objecto de que nos occupamos, e observaram tambem que, quando depois se leu o parecer da commissão de agricultura, foi este ainda mais mal recebido, porque n'elle entravam dois nomes que tambem pertenciam á commissão de fazenda; um d'estes nomes era o do digno par o sr. visconde de Castellões, e o outro era o meu; e como concordassemos com a commissão de agricultura, cuja maioria é, como a camara sabe, composta das pessoas mais competentes; desgostou isto a alguns dignos pares, e houve quem duvidasse da legalidade da commissão, d'essa chamada commissão de agricultura! Eu não quero censurar ninguém, mas quando acabar estas curtas observações que vou fazer, hei de mandar para a mesa o meu pedido para que a camara me dispense de servir na commissão de agricultura, porque não desejo continuar a incommodar os meus nobres amigos.

Sr. presidente, devo declarar que não li o requerimento que o digno par o sr. marquez de Vallada mandou para a mesa para que se não approvasse este projecto de lei, porque o digno marquez disse desde logo, que elle se achava impresso; li porém todos os impressos que se distribuíram pelos membros da camara, e li-os com toda a attenção, e com todo o desejo de achar n'elles a verdade, ou aliás idéas que me podessem guiar no conhecimento d'ella, porque, sr. presidente, não ha ninguém que respeite mais que eu o direito de petição; entendo que é uma das garantias mais importantes da carta constitucional, e como membro d'esta camara não devo deixar de prestar a maior attenção a todas as petições que aqui se apresentam, não para seguir a sua doutrina, se me não agrada, mas para a confrontar com as idéas recebidas, ou informar-me com as pessoas competentes acerca dos pontos controversos; pois só assim se pôde achar aquillo que se chama razão d'estado, que não são os interesses individuais ou de uma profissão, mas o bem do maior numero; os proprios requerentes, certos de que se deu a devida attenção ás suas petições, ficam satisfeitos, porque têm os conhecimentos necessários para saberem que representar, não é mandar, não é legislar, e que devem estar por aquillo que os poderes do estado resolvem no interesse geral do paiz.

Em quanto a reflexões geraes, eu desejaria poupar-me a responder-lhes, não porque deixem de merecer toda a consideração os dignos pares que as fizeram, mas porque entendo que não é esta a occasião; temos diante de nós um projecto de lei, e tudo pede que nos restringimos á materia especial de que se trata, porque se, a proposito de qualquer medida especial, nos entregarmos a reflexões geraes sobre economia politica, sobre administração publica, sobre finanças, etc., não sei o que praticamente poderemos conseguir.

As questões geraes tratam-se em certas e apropriadas occasiões, como por exemplo, quando o ministerio apresenta o seu programma, ou quando tem lugar a discussão da resposta ao discurso da coroa, do organamento, etc.; fóra d'isto entendo que nos é mais util restringirmo-nos á materia especial de que tratamos, e em todo o caso é este o systema que tenho sempre seguido, e que agora seguiria á risca se não se tivessem proferido uma ou duas exagerações que me parece conveniente rectificar.

Afirmo-me, se eu bem entendi os meus collegas, que ha vinte ou trinta annos a agricultura estava sendo espinhada, e que quasi todas as medidas desde então tomadas até hoje têm sido em prejuizo da agricultura: affirmo-se que todas as materias primas da agricultura, as machinas e o proprio ferro, estavam sobrecarregados de direitos pesadissimos, e isto disse-se quando todos sabem que nem as machinas nem o ferro, nem muitas outras materias primas, pagam direitos que não sejam insignificantes, d'estes a que se costuma chamar direitos estatísticos ou de registo.

Ora, pergunto eu, a taes exagerações será permitido responder? Ninguém dirá que sim; e entretanto eu julgo do meu dever mencioná-las, para que pelo silencio da camara não pense alguém menos versado nas cousas publicas, que entre nós ainda existe uma legislação tão absurda.

Sr. presidente, que é o que fizeram os nossos primeiros legisladores? Aquelles que coadjuvaram o immortal D. Pedro? Quaes foram as medidas, filhas predilectas da intelligencia d'esses legisladores? Não aboliram elles os dizimos? Não alviaram elles a agricultura de um sem numero de alcavalas que a opprimiam? Pois se assim é, se a industria agricola tem sempre merecido os maiores desvelos, para que declamar, para que exagerar? e isto a proposito de uma medida que tem por principal objecto favorecer a agricultura? Mas eu, sr. presidente, o que digo é, que com quanto me considere com uma intelligencia muito inferior á d'esses nossos legisladores, o que me parece, e o que entendo é, que esses cavalheiros quando propunham ao Imperador, e faziam publicas essas medidas, não era de certo com vistas de estabelecer uma agricultura de monopolio, mas sim uma agricultura de concorrência; e digo ainda, por mais que conhecessem o coração humano, que ordinariamente fazem as suas exigencias pelas concessões que se lhe fazem, não podiam esperar o que logo depois teve lugar! Não tardou muito, que depois de tantas medidas protectoras e benéficas se não exigisse, logo em 1835, que nem se quer um deposito de cereaes se consentisse, quando desde tempos immemoriaes os cereaes estrangeiros eram admittidos a deposito neste porto de Lisboa, neste porto que, pela sua capacidade e posição topographica, pôde dizer-se que é o primeiro da Europa; foi pois excluído de ser deposito de cereaes estrangeiros este porto, tão distante do mar Negro como do mar Báltico, tão commo para o commercio do norte como para o do Mediterraneo; perdeu a maior parte da sua importancia em satisfação á mais irreflexada das exigencias.

Eu fui contrario a semelhante medida, eu combati-a com os meus amigos, mas ficámos vencidos, porque então ninguém podia arrostar com os que a si mesmos se chamavam os defensores da agricultura.

Qual foi porém o resultado? O resultado foi, que se eliminou uma grande industria, que vivia d'aquelle immenso deposito, a que, segundo as suas precisões, recorriam as nações vizinhas; diminuiu-se a navegação, sacrificou-se um valioso rendimento, que era o patrimonio de muitas familias, porque todas essas terras que margina o Tejo eram occupadas pelo deposito; prejudicaram-se diversas receitas publicas, especialmente a da decima, e em uma palavra, milhares de pessoas, faltas d'essa industria, ficaram reduzidas á miséria, sem que já mais se provasse que d'ahi resultára bem algum real á nossa agricultura.

Mas eu recio que, alargando-me sobre este incidente, fosse incorrer injustamente naquillo que me pareceu menos regular, e vou portanto dizer já o que penso acerca do projecto em discussão. A sua idéa principal é o barateamento do custo dos nossos vinhos, produzido pela diminuição dos direitos de importação da aguardente estrangeira, e n'este

pensamento estamos todos conformes; pelo menos foi isto o que demonstrou a unanime votação sobre a generalidade do projecto de lei; não ha dissidência sobre a diminuição do direito, que é o ponto principal; algumas moções ha porém sobre a qualidade do genero em que deve recair o beneficio da lei, e sobre outros pontos que eu irei desenvolvendo.

Mas, sr. presidente, antes de proseguir, seja-me licito alludir a uma opinião que se tem repetido aqui, e nos impressos, de que o direito se cobra com desigualdade, segundo a localidade das alfandegas: ha equívoco quando se julga que, em vista da differença das medidas, aguardeute haverá que pague menos 50 por cento, nem 10, nem 1 por cento, em uma localidade do que em outra, porque o almude de Lisboa é o tipo que serve para a alfandega do Porto, da Figueira, de Setubal, etc. (O sr. Ministro da fazenda:—apoiado). O apoiado que o sr. ministro acaba de dar-me confirma a verdade do que eu digo, e é elle mais uma garantia para que os dignos pares os srs. marquez de Niza e barão de Porto de Moz, auctores das propostas apresentadas, possam n'esta parte retirar as suas indicações...

O sr. Barão de Porto de Moz:—eu não fiz additamento, sustentei a idéa apresentada pelo sr. marquez de Niza.

O Orador:—mas, sr. presidente, tambem se quer que a esse direito, a que a aguardente fica sujeita por entrada, ainda se ajunte o octroi, ficando por consequente sujeita a dois direitos; e o digno par o sr. marquez de Niza, invertendo a escala que se acha no projecto, quer tambem que a aguardente mais graduada pague mais, e que a menos graduada pague menos, e isto com o fim de evitar uma concorrência nociva á que é fabricada no paiz, com destino ao consumo, e que é geralmente de poucos graus; porém creio que a isto já respondeu satisfatoriamente o digno par o sr. barão de Porto de Moz, e effectivamente nada se conseguiria com a emenda do digno par, pois que, quando a aguardente menos graduada pagasse maior direito, nada mais facil do que importá-la mais alta para pagar menos, e depois faz-la descer aquelles graus que se julgasse convenientes.

Agora pagar a aguardente, ou outro qualquer genero, dois direitos, isso não pôde ser, porque é contra os principios, e tanto basta para se não admitir. Todo o direito de entrada foi reputado sempre direito de consumo, e tudo o que não é isto, chama-se direito de transitio, e direito estatístico ou de registo. Como é pois possível que o mesmo genero pague dois direitos? Isso não pôde ser. É verdade que em circumstancias, em presença das quaes se tem decretado que certos e determinados generos não paguem direitos, por exemplo, quando se permite a admissão de cereaes, se sujeitam então esses generos ao pagamento do direito do octroi: mas isto em quanto a Lisboa somente, porque esse direito em nenhuma outra parte do reino existia. É no caso que acabo de adduzir, da admissão de cereaes, e n'essa occasião, que isso se declara para que não fiquem em peor condição os generos nacionaes.

Mas no caso de que agora se trata não é de accumular-se dois direitos? Não pôde ser, repito. No projecto em discussão marcou-se o direito de 15500 réis em almude. E para que fim se insta agora pela duplicação do direito? Será para que, quando tivermos grande novidade de vinho, não venham os alcools estrangeiros fazer mal aos nossos? D'isso não tenho eu medo, sr. presidente, e v. ex.ª e a camara conhecem que ainda mesmo que os importadores os recebessem nas praças de França, ou da Inglaterra, como se recebe a aguardente para os navios, ainda assim não podiam concorrer conosco em annos de colheita regular.

O direito é de 15500 réis por almude, e por pipa 455000 réis: todos sabem que para o caso em que ha de vir a aguardente, frete, e seguro, etc., se não pôde carregar o liquido estrangeiro com uma addição de 605000 réis só para direitos e despesas, e já se vê que, ainda sem fallar no custo do genero, esta cifra o colloca fóra da possibilidade de concorrer com o nosso em annos normaes.

Em vista d'isto podem os dignos pares ter a certeza de que esta medida nunca poderá prejudicar a nossa agricultura, antes no momento actual, lhe facilitará o preparo dos seus vinhos como é indispensavel.

Pelo que respeita ao systema metrico, já o digno par o sr. barão de Porto de Moz respondeu ao sr. marquez de Niza. Em verdade, sr. presidente, a transição n'esta parte do systema vejo que ainda está demorada; seria necessario que todos os inspectores de pesos e medidas se applicassem desde já a regular isto, com prejuizo do desenvolvimento geral do systema, e ainda assim a consequencia certa seria o demorar-se a execução d'este projecto, porque aquella operação levaria tempo, por maior que fosse a efficacia com que se trabalhasse nas diferentes localidades: concordo pois com o digno par, a que me referi, e voto por que a lei passe com a condição que no projecto está estabelecida.

O argumento que aqui fez maior peso foi o adduzido pelo digno par o sr. visconde de Balsemão, a respeito da introdução da aguardente só produzida de vinho: mas a isto respondeu tão cabalmente o digno par que me antecedeu, que nada mais tenho a acrescentar: e só direi, que todos poderiam apoiar o digno par que fez a moção para a distincção da qualidade, menos o digno par o sr. barão de Porto de Moz. S. ex.ª tinha estabelecido em primeiro lugar, que não havia necessidade alguma de aguardente estrangeira, fazendo uma demonstração pela qual provava com todas as forças da logica, como s. ex.ª mesmo nos disse, que tinhamos comparativamente mais aguardente hoje do que tinhamos no anno de 1852. Ora, á vista d'esta demonstração, a consequencia logica era oppor-se o digno par á introdução da aguardente de vinho: depois de se dizer que tinhamos aguardeute bastante nossa, e que por essa circumstancia não precisamos da estrangeira, devia oppor-se á introdução da aguardente de qualquer qualidade que fosse.

Mas ainda ha outra razão. S. ex.ª disse, que aqui n'estes ultimos annos só se tinha importado aguardeute de cereaes, porque a molestia na uva tinha sido geral em toda a Europa. Creio que foi isto o que o digno par affirmou; e se eu não sou exacto, s. ex.ª me advertirá. Se pois toda a aguardente que tem vindo aqui é de cereaes; se não é possível obter d'outra nos mercados estrangeiros; como quer então o digno par que por esta lei só se admitta a de vinho? Parece-me que é querer, e não querer, ao mesmo tempo. O pensamento da lei é, que os nossos vinhos se preparem com a menor despesa que seja possível...

Ouço agora, sr. presidente, um aparte que me força a dizer ainda duas palavras com relação á aguardeute de cereaes. Comecei por declarar, que não estou pela proposição absoluta, aqui lançada, de que só se tem importado aguardeute de cereaes, antes estou firmemente persuadido (e o posso estar, porque ha documentos que o provam) que tem havido de uma e outra: e muitas vezes, feito o exame por esses corretores, homens peritos, mais praticos, é verdade, do que scientificos, mas com um tanto admiravel filho da experiencia, têm elles preferido a aguardeute de cereaes pura e bem fabricada á de uva, em que não concorrem as mesmas circumstancias.

A Hespanha em 1857 importou 4:700 pipas de aguardeute: foi toda esta aguardeute de vinho? Foi toda ella de cereaes? Não se sabe. Ali não ha legislação que mande extramar uma de outra: o commercio é que a extrema; n'esta parte a Hespanha está-nos dando lições: 4:700 pipas de aguardeute importou a Hespanha, e muita d'ella havia de ser de cereaes; pelo menos 1:000 pipas que entraram n'essa totalidade, e que foram importadas de Inglaterra.

Sr. presidente, digo que a Hespanha nos está dando lições em materias de pautas, e que nos dá lições a França, os dois paizes mais ferrenhos no reprovado systema das restricções commerciaes. Quando estorvavamos a entrada do vinho pelo Douro ou pela raia secca, apesar da necessidade que o commercio tinha d'elle nos annos em que a molestia das vinhas no paiz do Douro chegou ao seu auge, a França recebia de Hespanha 100:000 pipas e mais por anno, porque nunca poz estorvos á sua admissão; e este genero entrava lá legalmente em quanto que para entrar no nosso paiz era necessario recorrer ao contrabando, e prescindir muitas vezes de o comprar nos melhores sitios, com o risco de adulterar os nossos vinhos, cujos depositos elle era destinado a abastecer.

Portanto o commercio é preciso que seja livre, liberrimo (apoiados).

Os hespanhoes, que hoje exportam anualmente de 100 a 200:000 pipas de vinho só para França, eram os mesmos que até 1854 não exportavam mais que alguns centos de pipas, tendo augmentado rapidamente, e de anno para anno, a exportação d'este genero; e sabe v. ex.ª o que faziam os francezes? Recebiam de Aragão e da Ribeira de Ebro os vinhos fortes e negros, e recebiam de Cahors um vinho fraco e palhete, e com estas duas qualidades misturavam uma parte de agua, um pouco de lino florentino para lhe dar o aroma, e suppram assim, ao paladar dos consumidores, a falta de vinho de Bordeaux. E saiba mais v. ex.ª, este vinho entrava em França ao custo de 5 sous a garrafa, e era depois vendido em Hespanha por 50 sous como vinho de Bordeaux! Ora agora vão lá pôr limites á especulação do commerciante; vão lá regulamentar, a não ser para proteger a saude publica; vão lá ensinar-lhe como elle deve fazer uso dos seus capitais!

Quanto mais regulamentos, menos commercio: os negociantes são os que entendem melhor dos seus interesses; e é da fortida individual dos negociantes, e de todos os industriaes fabricas ou agricolas, que resulta a riqueza geral do paiz (apoiados). Quem nos diz que algum dia os francezes não deixem de receber os vinhos de Hespanha, e os recebam d'onde até agora não recebiam nada?

Ora, ainda em resposta ás estatísticas do meu nobre amigo e collega, tenho a apresentar outra estatística, quero dizer aquillo a que se pôde chamar a prova real das estatísticas.

O meu nobre amigo disse que tinhamos hoje, em relação á quantidade de vinhos a beneficiar, mais aguardeute do que tinhamos em 1852, e aqui se senta muito perto de mim um digno par, que acaba de dizer-me que, precisando de alguma para temperar os vinhos de uma das suas quintas, a pagaria estes dias a 125000 réis o almude.

Sr. presidente, esta estatística vale mais do que as outras; as outras são ás vezes prejudiciaes pelo abuso que se faz das cifras, esta não pôde induzir em erro; quando uma pipa de aguardeute ao preço de 125000 réis por almude custa 3605000 réis, isto é, cinco ou seis vezes mais do que o seu preço normal, é fóra de toda a duvida que ha escassez d'este liquido, e que o vinho que com elle se lota ha de ficar por um preço tão elevado, que o inhabilitará de concorrer com outros da mesma natureza.

Resumindo pois as minhas idéas, persuado-me, sr. presidente, que é indispensavel que a camara aprove os pareceres das commissões de fazenda e agricultura, porque tudo que não for isto ha de trazer um grande prejuizo a este ramo da nossa industria.

Não pensem os dignos pares, e eu creio que nenhum o pensa, que ainda estamos no tempo de produzir caro á sombra do monopolio, quem assim pensar ha de achar-se uma e mil vezes enganado, havemos de produzir barato, ou aliás estabelecer um muro de bronze entre nós, e os outros mercados. Desde a navegação a vapor, e desde o fio electrico, quem pôde pensar em monopolios? Quando dentro em poucos dias, ao chegar dos vapores, podemos aqui receber os productos das partes mais afastadas da Europa, quando podemos saber qual é o preço do artigo da nossa especulação em todos os mercados da Europa, no proprio dia, na propria hora, pelo fio electrico: como é que com estas duas invenções modernas ainda se preferem certas idéas, cuja exactidão já em outros tempos era duvidosa? O vinho, os cereaes, os artefactos das fabricas e de toda a sorte de industriaes, é necessario que se produzam a preços de concorrência, e todo aquelle que o não poder conseguir, deve deixar de produzir. Estes são os principios.

Sr. presidente, eu não me lisonjeio de ter convencido a camara, mas de uma coisa, está ella por certo capacitada, e é de que a demora d'esta lei lhe está causando muito descredito; e permitta-me o sr. ministro da fazenda, que eu diga que tambem está causando muito descredito a s. ex.ª, e aos seus collegas, porque a primeira necessidade é extremar os negocios importantes (apoiados). Em Inglaterra no momento em que o ministro propõe uma alteração nas pautas, immediatamente nas alfandegas se cobram os direitos por esse modo. Eu não quero trazer isto para aqui, porque em Inglaterra estão as cousas montadas de outra forma: não quero trazer para aqui este costume, aliás excellent, e que corta pela raiz as fataes incertezas do commercio; mas quando o governo apresenta ao parlamento uma medida d'esta ordem, deve fazer todos os esforços para que ella siga os seus tramites o mais breve possível; e o nobre ministro que vai fallar, esteja certo de que ha de concordar que tem havido alguma demora, que se podia evitar, se se tivesse tomado este negocio a peito (apoiados).

Sr. presidente, não quero cancar mais a camara, em voto pelo parecer das commissões, e vou mandar para a mesa, por escripto, o meu pedido para ser dispensado d'essa chamada commissão de agricultura.

O sr. Presidente:—sobre a ordem têm dois dignos pares a palavra, primeiro o sr. marquez de Vallada, e depois o sr. visconde de Fontecada. Tem agora a palavra o sr. marquez de Vallada.

O sr. Marquez de Vallada:—pediu a palavra sobre a ordem para mandar para a mesa uma representação. Se lhe fosse permitido le-la fo-la-ia de muito boa vontade; mas como lhe parece que não é do estylo d'esta casa faz-lo, por isso limita-se a mandá-la para a mesa, dizendo que é de diversos cidadãos contribuintes do districto da Guarda, representando contra as medidas de fazenda. Tem mil e duzentas assignaturas.

Pede que se lhe dê o destino conveniente; e tambem, pois lhe parece isto conveniente para se julgar bem da questão, que ella seja publicada no *Diário de Lisboa*.

Assim se resolveu.

O sr. Visconde de Fontecada:—disse que pouco podia fallar agora, por ter estado a semana passada muito incommodado, e por isso não podia entrar na discussão de qualquer projecto, ou outro qualquer assumpto importante. Que entretanto não podia deixar de dizer algumas palavras a respeito da

primeira parte do que dissera o sr. visconde de Castro.

Que primeiro que tudo pedia que o sr. secretario quizesse ter a bondade de lhe dizer quem são os membros da commissão de fazenda?

O sr. secretario Conde de Mello:—são os seguintes (leu).

O sr. Visconde de Fontecada:—o sr. conde da Arrochella é membro da commissão de fazenda?

O sr. secretario Conde de Mello:—eu disse todos. O sr. Visconde de Fontecada:—mas o sr. conde da Arrochella não está n'essa relação, e está assignado no projecto como membro da commissão de fazenda...

O sr. Visconde de Castro:—o sr. conde da Arrochella tambem é membro da commissão de fazenda.

O sr. Visconde de Fontecada:—pediu á mesa que lesse a relação dos membros da commissão de fazenda, e não está lá o nome do sr. conde da Arrochella! Que não adicionava mais nada, é uma questão do sr. visconde de Castro, membro da commissão de fazenda, com a mesa, que diz que não, e s. ex.ª que diz que sim; lá se avenham...

O sr. Visconde de Castro:—se o digno par me dá licença, direi que o sr. conde da Arrochella está assignado em uma grande porção de pareceres da commissão de fazenda, que existem na secretaria d'esta camara, e que foi sempre considerado como membro da mesma commissão. N'esta sessão foram reconduzidas as commissões do outro anno por proposta de um digno par, que foi approvada pela camara (apoiados). É facil de averiguar pelos pareceres que estão na secretaria se o sr. conde da Arrochella é membro da commissão de fazenda; se agora essa copia não tem o seu nome é por estar errada, é um lapso.

O sr. secretario Conde de Mello:—parece-me que v. ex.ª está illudido quanto á maneira como o sr. conde da Arrochella faz parte da commissão de fazenda. S. ex.ª foi pedido pela commissão de fazenda para formar parte d'ella, em consequencia da falta de membros que havia na mesma commissão, e isto foi concedido pela camara, como consta de uma das actas. Na tabella não se menciona o nome do digno par por um esquecimento (apoiados).

O sr. Visconde de Fontecada:—que continuaria dizendo, que as commissões d'esta camara estão tão bem organisadas que se entra em duvida se um membro que está assignado em um parecer da commissão de fazenda é ou não membro d'ella, e ha uma questão entre a mesa e alguns dignos pares sobre este objecto. Ora, isto mostra que as commissões não são taes commissões, e que elle, orador, tivera razão quando outro dia, fallando da commissão de agricultura, disse, a chamada commissão de agricultura.

Queorem no extrato da sessão elle, orador, tinha riscado aquella frase do seu pequeno discurso; mas agora, como se alludiu a ella, e depois de ter passado tanto tempo, tornava a adoptá-la, e a ratificar o que então dissera. Que pela discussão, que agora tem havido, se mostrava a respeito da commissão de fazenda se podia dizer o mesmo, applicando-lhe a mesma denominação.

Que não queria cançar a attenção da camara, aliás empregada em um negocio importante, nem mesmo que quizesse prolongar a discussão o poderia fazer, á vista do estado da sua saude, contudo que era urgente para evitar os inconvenientes que se têm visto, e elle, orador, notára, que a camara elegesse as suas commissões.

Que a camara, quando as elege, tem em vista não só as especialidades dos dignos pares, mas tambem outras considerações, porque embora nem todos os membros das commissões sejam da especialidade de cada uma d'ellas, isto não faz duvida, porque todos se ligam, e são elos da mesma cadeia; que notára a maneira por que estava organizada a commissão de agricultura, para mostrar que tendo alguns dos seus membros já prevenido o seu voto na commissão de fazenda, não podiam mudar d'elle, quando ouvidos na commissão de agricultura; que as commissões, pela maneira por que estão organisadas, não são dignas d'este nome; e que é preciso elegel-as quanto antes para manter a dignidade d'esta camara.

Leu-se na mesa o seguinte requerimento: «Pego ser dispensado da commissão de agricultura.—Visconde de Castro.»

Consultada a camara, resolveu negativamente.

O sr. Visconde de Balsemão:—sr. presidente, não posso deixar de continuar na sustentação do additamento ou emenda que fiz ao artigo 1.º Já fiz um grande serviço, na minha opinião, em aquiescer os direitos que vinham marcados no projecto, entretanto como eu préso tanto a agricultura como o commercio, porque estou convencido que tanto um como o outro se sustentam promiscuamente, e venho, entenda-se bem, ver approvar o projecto com a modificação que apresentei, para que a aguardente admittida seja só a de vinho; e não acho inconveniente algum n'esta designação, porque se se tratasse de alcool, seria o exame mais difficil, visto que se faz tão perfeita a sua destillação, que não é possível conhecer sem um grande processo o objecto de que é proveniente; mas o mesmo não succede já com a aguardente: ha um principio inherente a todas as vegetações, que não desaparece na aguardente; isto são principios geraes que todos conhecem, e por consequencia nas alfandegas havia um meio facilissimo de conhecer a proveniencia das aguardentes.

Sr. presidente, se a admissão for restricta, não prejudica a nossa industria vinhateira; mas, não sendo assim, todos sabemos que os vinhos de uma grande parte do Ribatejo e da Extremadura não podem muitas vezes ter outra applicação senão a destillação, mesmo alguns são tão inferiores, que sendo necessario, termo medio, sete pipas de vinho para fazer uma de aguardeute, ás vezes são precisas oito ou nove pipas.

Disse o digno par o sr. visconde de Castro, cuja opinião respeito muito, que a nossa industria fabril devia ser protegida, assim como o disse tambem o sr. visconde de Gouveia, porque estavam occupados n'ella muitos capitães, especialmente na cidade do Porto; mas eu, sr. presidente, não quero de modo algum prejudicar essas industrias, antes pelo contrario desejo que ellas progridam tanto como têm progredido em Inglaterra com a liberdade de commercio; mas o que não quero é que esta liberdade seja só para a agricultura, e não para as outras industrias.

Se é preciso protecção, seja regular para aquellas que têm meios e fundamentos para se desenvolver, porque as que não têm materias primas no paiz, nem base alguma, não podem nunca fazer nada.

Disse tambem o sr. visconde de Castro, que em toda a parte, e até em Hespanha, se estava admitindo a aguardeute estrangeira; mas se a Hespanha importa, tambem exporta, e a prova está no immenso contrabando que se faz para este paiz, e que é sabido por todos; e os prejudicados somos nós, porque em um paiz com uma raia da extensão da nossa, não pôde haver uma fiscalização tão rigorosa que empegue esse contrabando; e estou mesmo persuadido que este direito diminuiu que aqui se apresenta, mesmo quando houver abundancia de vinho, não nos permite a concorrência, porque é sabido que toda a Estremadura hespanhola é tão cultivada de vinhas, que ha lá uma grande produção, e tanto que em algumas das nossas provincias se não

queimava aguardeute, porque saia muito mais barata a de Hespanha.

Entendo, portanto, que se não queremos matar a agricultura, que está com muito pouca vida, havendo em Traz os Montes muitos proprietarios quasi reduzidos á necessidade, pois que o seu unico rendimento era o vinho; e para exemplo citarei que, sendo eu um proprietario que tinha 150 pipas de vinho, o anno passado só tive 7; deve, pois, ser approvada a emenda ou additamento que apresentei.

Disse o digno par o sr. visconde de Castro, que quando ha uma industria da qual nenhum proveito se tira, que essa industria deve abandonar-se; mas perguntou eu, aquellas pessoas que não têm outra cousa senão vinhos, de cujo producto fazem aguardeute, que é que hão de fazer? E qual é a vantagem que resulta para o paiz de uma grande parte de seus terrenos, onde estavam essas vinhas, ficarem incultos? Qual é a vantagem, digam-me? Onde estão os principios de economia politica que aconselham a deixar terrenos incultos, quando podem produzir alguma cousa em beneficio do dono e do paiz? Demais, os principios de economia politica não são certos e invariaveis, ao contrario, dependem elles de muitas e variadas circumstancias; os principios de economia politica só são applicados com muita prudencia e experiencia.

Mas eu já accedi que se fizesse a diminuição nos direitos da aguardeute estrangeira; como, porém, o motivo d'essa diminuição é para que tenhamos com que adubar os nossos vinhos, diminuem-se os direitos á aguardeute estrangeira, mas á que for proveniente de vinho, que é a propria e necessaria para o adubo do mesmo vinho. De outra maneira não me é possível approvar a medida proposta, porque iria de encontro á minha consciencia, e ao que entendo ser a bem do meu paiz. N'estas questões não sou, nem nunca fui opposição ou ministerial; não sei fazer questão de politica, quando se trata de medidas de tal ordem: o que eu sei é que devo adoptar sómente o que entender ser do interesse do meu paiz. Se do que se necessita é de aguardeute para adubar os nossos vinhos, entre a que é propria para isso, mas nunca aquella que, longe de o beneficiar, só serviria para o desacreditar nos mercados estrangeiros, e por consequente de obstar á sua exportação, quando é a exportação que se pretende facilitar por meio da medida que se propõe. E se os vinhos estrangeiros, como os de Xerez e outros, já lá fóra nos fazem grande concorrência, muito mais nos farão com a adulteração dos nossos vinhos, que muito bem se pôde dar com o preparo de aguardeute não propria para o seu adubo.

Mas eu sempre direi que senti se não satisfizesse ao requerimento que a este respeito eu aqui fiz, ou para melhor dizer, que d'elle se não fizesse caso, porque eu abundo nas idéas de que, quando se trata de qualquer medida que pôde affectar interesses, que todos esses interesses têm direito a serem attendidos; pergunto: foi ouvida a propriedade agricola sobre a necessidade d'esta medida? Foram consultados todos os lavradores? Pois eu entendo que o deviam ser, porque para isso tinham todo o direito. No entanto eu creio que nada se fez, e que ninguém se consultou, porque nada a este respeito se nos diz.

Voto pelo artigo, com a restricção porém de que a diminuição de direitos só se estenderá a aguardeute de vinho.

O sr. Barão de Porto de Moz:—começou dizendo, que sempre tinha de fallar quando a camara se achava fatigada; o que se explicava pela repugnancia que sentia em pedir a palavra, não o fazendo nunca senão tarde.

Referindo-se ao chamado parecer da commissão de agricultura, affirmo que o não houvera n'este projecto em discussão, porque tendo elle sido assignado por varios membros d'aquella commissão, dois não se podiam contar; porque anteriormente tinham dado o seu voto na commissão de fazenda, o que lhe tirava todo o valor, por ser voto repetido; dois assignaram vencidos; e os dois restantes approvaram o projecto, mas não houve para isso maioria, e só empyate com os que assignaram vencidos: assim dizia elle, orador, ao sr. visconde de Balsemão, que n'este designado projecto não só se não ouviu corporação alguma das que costumam e devem ser ouvidas, mas nem a commissão de agricultura d'esta casa deu parecer.

Respondendo ao sr. visconde de Gouveia disse, que é verdade ter-se queixado elle, orador, do desfavor com que a industria agricola, a primeira do paiz, era tratada: que a resposta dada pelo digno par a este respeito confirmava a justiça da queixa; porque asseverára que com effecto a agricultura não era digna de tanto favor como as outras industrias: que não commentava esta opinião; que s. ex.ª quizesse demonstrar com as reflexões de que o lavrador tinha um campo, sobre que exercia a sua industria, porém que as outras industrias só á força de capitães podiam exercer-se: que as fadigas da lavoura eram nada em comparação das das industrias, que nada obtinham senão com o suor do seu rosto.

Que o sr. visconde havia dito que era proprietario, que elle, orador, tambem o era ainda que pequeno, e assim tivera a esperanza de se entender com o digno par; mas á vista de tudo o que lhe ouvia já lhe parecia impossivel.

Que o campo, para o lavrador que o possuia, era indubitavelmente o seu capital, do qual elle tem direito de auferir um rendimento como as outras industrias do seu capital; que a maior parte dos agricultores nem esse campo possuem, que o digno par suppe ser uma condição gratuita. E continuando a fazer muitas reflexões sobre o trabalho improbo do lavrador, e a mesquinhez e contingencia dos seus lucros, concluiu que as idéas do digno par a este respeito eram tão singulares, que elle, orador, estava seguro, que sendo como disse proprietario, nunca tinha por sua conta agricultado um campo (apoiados).

Que o digno par asseverando que a agricultura não deve exclusivamente ser protegida, dissera uma verdade trivial, mas parecia que alguém n'aquella camara dissera, ou pretendia o contrario; que ninguém o queria.

Que todas as industrias, guardadas as circumstancias da posição e de proporções de um paiz, merecem a geral protecção: que eram as idéas d'elle, orador, e só se queixava do desfavor com que era tratada a primeira industria do paiz (apoiados).

Que o digno par tambem quizesse mostrar solicitude pela lavoura, e lastimára a incerteza do preço dos cereaes pela falta de uma lei de entrada permanente, e acrescentára, com um modico direito de entrada: que elle, orador, se maravilhava da condição d'onde o digno par fazia decorrer a ventura da lavoura, mas que não viu motivo para o seu reparo, porque a agricultura do paiz viu todos os annos admitir sem conta, e sem imposto os cereaes do mundo inteiro; que se admirava agora de ouvir fallar em um certo imposto de entrada, porque ninguém até hoje o tem podido conseguir, e que a esse respeito lá se haveria com a escola.

Que s. ex.ª fallára muito dos principios de economia politica, e elle, orador, suppunha que esta sciencia tinha poucas regras invariaveis, e que de resto só se podia discernir, prudencia e bom senso podem ser applicadas; que o paiz que se dirige cegamente pelas suas theorias está perdido; e que muitas das medidas que aqui se adoptam, d'ahi trazem a sua origem.

Tratando de responder ao digno par visconde de



Castro disse, que elle asseverára que a industria agricola era a unica protegida n'este paiz, e para o provar tinha recordado as leis politicas da dictadura do immortal duque de Bragança lembrando o beneficio da extincção dos dizimos.

Que elle, orador, concordava que a extincção dos dizimos fôra um grande bem para a lavoura; mas perguntava em que escala tinham desde essa epocha pesado os impostos sobre a propriedade? Que parecia que tantas leis e medidas, que a cada hora vem pesar sobre a agricultura, e sobre a propriedade eram em represalia d'aquelle beneficio.

E já que o digno par se comprazera em dizer que quasi n'este paiz se não têm feito senão leis de protecção á agricultura, elle, orador, ia mencionar alguns dos muitos beneficios por ella recebidos.

O orador referiu-se então ao estado desgraçado da agricultura em 1820, e ponderou como as cortes d'esse tempo, liberas e esclarecidas prohibiram a livre entrada de cereaes, e como a favor d'esta medida o paiz que não tinha paiz para tres mezes, e o pagava ao estrangeiro por alto preço com o dinheiro do Brazil, chegou a t-lo para todo o anno.

Ponderou que hoje apenas o trigo chega a 500 réis ha logo clamores para a livre entrada, que é sempre concedida, aniquilando d'este modo a lavoura pela facilidade de permissão a que faltam sempre os dados estatísticos da necessidade; e por isso a admissão é feita sem medida, e sem imposto de protecção. E exclamou o orador, é do estado anterior a 1821 que o digno par tem saudades?

Referiu-se depois á contribuição de repartição applicada exclusivamente á propriedade por experiencia, como os anatomicos as costumam fazer — *in anima vili* — sem cadastro, sem calculo sobre as forças do contribuinte, e com tão pouco respeito a tudo, que alem do calculo da cifra para a repartição vir já exagerado, tendo sempre a experiencia demonstrado grandes falhas no recebimento, assim mesmo se impoz á propriedade o onus, verdadeiramente tyrannico, de pagar as proprias falhas dos collectados insolúveis.

Que o flagello do mal das vinhas tendo destruido a parte mais lucrativa do agricultor, o thesouro perdéra igualmente a esperança de arrecadar o imposto do subsidio litterario. Que todavia se lançára o imposto que se não podia arrecadar pela perda do objecto collectado ao proprietario, o ao agricultor que o haviam perdido, e sempre com o mesmo calculo exagerado. Que elle, orador, confessava a solicitude que os governos tinham tido pela agricultura, estabelecendo um instituto agricola de que ninguém ainda viu o mais pequeno proveito, e que custa muito dinheiro ao paiz, em cujo onus tem a primeira parte a propriedade.

Que eram estes e muitos outros os favores á agricultura, não sendo o menor o projecto que se discute, que vae arruinar as vinhas que produzem o vinho fraco, vegetando em toda a parte, e em terrenos, que não produzem mais nada, constituem a verdadeira riqueza vinicola, e não os vinhos finos a que tudo é sacrificado, e a mais alguns exportadores (*apoiados*). Que elle, orador, estabeleceria em relação ao projecto que se discute, a questão com toda a simplicidade.

Não estando convencido da necessidade da entrada das aguardentes para adubar os vinhos de exportação, votára ainda assim pela generalidade; mas pretendia que se não desse entrada senão á aguardente de vinho, porque só essa serve para o adubo. Que o sr. visconde de Castro pretendia que elle, orador, se achava em contradicção; porque dizendo que não estava convencido da necessidade da aguardente estrangeira para o adubo do vinho, queria, que se desse entrada unicamente á aguardente de vinho. Respondia, que se o digno par tivesse attendido ás suas reflexões não teria o incommodo de o arguir de contradicção, porque elle, orador, sustentou a emenda, que só admite a aguardente de vinho, pela razão, apresentada com a maior franqueza, de que passando assim o projecto não haveria importação de um unico alimude de aguardente, porque os estrangeiros não podem, nem a têm para a introduzir. Perguntava agora, onde estava a contradicção? Que estabeleceria e insistia, que o projecto passando assim, arruina a cultura das vinhas; se a aguardente do vinho não se introduzia, havia comtudo entrar a de todas as outras produções, e essa muito barata, e o resultado seria, ou arruinar e desacreditar os nossos vinhos no mercado, se forem com ella adubados, ou mesmo que o não sejam, baratarem a aguardente de vinho, e arruinarem o cultivador.

Fallando dos 1500 réis, imposto de entrada em cada alimude, disse que sustentaria, que este imposto se pagasse alem dos direitos de consumo; d'outra sorte que esta protecção era uma triste illusão, que de 25 a 30 graus a aguardente nacional pagava 900 réis por alimude, e d'ahi para cima mais 100 réis por cada grau; no primeiro caso a protecção era de 600 réis, e não de 1500 réis como se dizia; no segundo seria do que fosse, e sempre menor, até poder vir o caso de pagar mais que a estrangeira. Porém exclama, o orador, que se me responder?

O sr. visconde de Castro limitou-se a dizer, que o pagamento do direito do consumo depois do direito de entrada — era contra os principios —. Que esta resposta o surpreendeu, e que não podia deixar de dizer que era um verdadeiro abuso de palavras. Que muito se tem abusado das palavras *principios, liberdade, bem publico*. Perguntava quaes eram os principios aqui violados? Mas para salvar os taes principios, que elle, orador, offerecia um meio facil; não pagar o direito de consumo a aguardente estrangeira, que paga a nacional, e addicionar a ella a diferença ao direito de entrada. Mas que se dissesse a verdade, o que se não queria era isto.

O orador fez ainda muitas reflexões sobre este objecto, demonstrando a decepção do artigo em discussão. Fazendo ainda allusão ao digno par visconde de Gouveia disse, que s. ex.<sup>a</sup> affirmára que este projecto fôra bem recebido nas provincias do norte. Que respondia que não duvidava que elle fosse bem aceito pelos produtores de vinhos finos, e pelos especuladores; mas que não podia acreditar que o recebessem bem os produtores de vinhos proprios para a destillação, porque esses ficam arruinados, e muito principalmente a provincia do Minho, cuja principal riqueza é a cultura do vinho verde, que este projecto vae arruinar; que n'esta parte deseja enganar-se, mas que prevê resultados bem fataes de tal medida; e por isso firme nas suas idéas votava pela emenda, e contra o artigo.

O sr. Presidente: — tem a palavra o digno par o sr. conde da Taipa (*Vozes*: — deu a hora).

O sr. Conde da Taipa: — pois, se deu a hora, cedo da palavra.

O sr. Presidente: — tem ainda a palavra alem do digno par o sr. conde da Taipa, os dignos pares o sr. marquez de Niza, visconde de Castro, visconde de Gouveia e o sr. ministro da fazenda.

O sr. Visconde de Gouveia: — o objecto de que se trata é importantissimo e urgente; grandes interesses estão envolvidos n'esta questão, cuja solução é necessario dar; e a falta d'ella fará pesar grande responsabilidade sobre esta camara (*apoiados*). Pediria portanto a v. ex.<sup>a</sup> que tivesse a bondade de consultar a camara sobre se se deve prorogar esta sessão até que termine este objecto.

A camara assim o decidiu.

O sr. Presidente: — a camara votou que se prorrogasse a sessão até que terminasse a discussão que nos occupa. Tem portanto a palavra o digno par o sr. conde da Taipa.

O sr. Conde da Taipa: — concorda inteiramente com a doutrina que acaba de enunciar o sr. visconde de Castro, que é preciso produzir barato; mas observa por esta occasião que ao mesmo tempo que, em nome d'esta doutrina, s. ex.<sup>a</sup> se pronuncia pela aprovação do projecto, á mesma conclusão vem o sr. visconde de Gouveia que se pronuncia pela doutrina contraria, a necessidade de produzir caro, pedindo a protecção para a industria fabril em nome dos fabricantes do Porto; e n'isto vê a repetição da fabula do homem que deita da boca o frio e o calor, que por isso o Satyro repelliui de si.

Os dois enunciations que se repellem tambem não podem conter ambos a verdade.

Portugal vivia sob o regimen do monopolio, e por isso produzia caro; e agora que se vae passando para outro regimen, é com tão pouca intelligencia, que se lançam todas as novas theorias a cargo da agricultura deixando para a industria todas as protecções, o que produz um desequilibrio todo em prejuizo da mais valiosa das industrias, a agricola. Se se quizesse proceder racionalmente estabelecer-se-ia a protecção de 30 por cento, que é muito sufficiente protecção para que as fabricas nacionaes possam lutar com as estrangeiras; aquella que não podesse sustentar a luta, é porque vive unicamente do monopolio, e fechando-se nada se perderia.

Esta situação assim não pôde prolongar-se muito: querer obrigar a agricultura a produzir barato por meio de medidas isoladas, sem nexo, nem pensamento, e que parecem por isso leis de experiencia *ad oñem*, visto que deixam ás outras industrias de que a lavoura precisa o privilegio de produzir caro; é uma cousa impossivel de manter-se por muito tempo. A força das cousas ha de levar-nos mais dia menos dia para a liberdade do commercio, mas racional.

É necessario começar por uma reforma intelligente da pauta das alfandegas, que está sendo um grande fomento ao contrabando; o que mostrou com o consumo do assucar que não guarda nenhuma proporção com a entrada legal, porque a maior parte do que se consome nas provincias é assucar de Havana, que entra pela raia de Hespanha. É portanto necessario que se estude quanto paga aquelle assucar nas alfandegas hespanholas, para que os direitos que a nossa pauta estabelecer a este genero tenham em vistas esta base; e assim a respeito de tudo o mais, de sorte que não convenha recorrer ao contrabando.

Depois de diversas outras considerações, para as quaes adduziu o exemplo da França, que acaba de adoptar uma serie de providencias, que têm sido geralmente bem recebidas, e que ainda aqui ha trinta annos pareciam impossiveis, e não obteriam de certo o concurso publico; censurou o projecto em questão que continua o desgraçado systema, ou antes falta de systema de que se queixou no principio d'este discurso; e mostrando que as suas disposições umas são illusorias, e todas prejudiciaes á agricultura e industria vinicolas, continuou a votar contra elle.

O sr. Marquez de Niza: — respondendo ao sr. visconde de Gouveia, não concebe que relação haja entre os serviços á causa da liberdade prestados pelos fabricantes do Porto e o objecto que occupa as atenções da camara, para que lhes sejam sacrificados os interesses da agricultura vinicola do resto do reino, em nome de um figurado antagonismo que não existe, nem pôde existir ao menos radicalmente. Sem negar, e pelo contrario prestando homenagem a esses serviços, quer que se reconheça que no Porto fizeram-nos homens de todas as partes do reino, já commandando esses mesmos industrias, já combatendo ao seu lado com o mesmo ardor e valentia; mas quando mesmo assim não fosse, não devia ser com sacrificios da ordem d'estes, impostos á classe que constitue a nossa verdadeira riqueza, que taes serviços deviam ser remunerados.

O nobre orador observa que não é só o fabricante que tem expostos os seus capitais a azares, como quiz o sr. visconde fazer crey; tambem o lavrador tem os seus capitais expostos a esses ou a equivalentes azares, e alem d'isso ás variações da atmosphera, e ás intemperies das estações. Fez muitas considerações em ordem a mostrar a pouca procedencia dos argumentos com que se defendia o projecto e se impugnava a sua emenda; e sentiu que para a apresentação d'esta medida o governo deixasse não só de ouvir os diversos interesses que com ella iam ser mais ou menos affectados, mas nem ao menos o conselho de agricultura, ao qual se mandou este projecto no ultimo dia para que n'esse mesmo consultasse sobre elle, o que o conselho se recusou a fazer pelo sentimento da sua propria dignidade.

Reconhecendo que algumas pessoas com algum fundamento achavam prematura a parte da sua emenda, que se refere á adopção da medida metrical, e desejando afastar quaesquer obstaculos á adopção da sua proposta, disse que ia mandar para a mesa a doutrina da referida proposta, formulada em quesitos sobre os quaes podia assentar a votação, a qual se fosse favoravel importava a aprovação da emenda, ou a sua rejeição no caso contrario.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro): — no adiantamento em que está a hora, de certo a camara não espera, nem deseja, ouvir longo discurso; e por isso o orador vae limitar-se o mais que possa, deixando de satisfazer o desejo que tinha de responder algumas cousas ás observações que ouviu fazer na discussão d'este projecto: as quaes está persuadido que os mesmos dignos pares, que as produziram, serão os primeiros a reconhecer que não teriam muito cabimento na discussão de um assumpto aliás importante, mas tão simples e modesto como este.

O sr. ministro ouviu com surpresa estabelecer-se a questão de antinomia entre interesses agricolas e industriais, porque o governo entende que deve dirigir a sua protecção a todos os interesses (*apoiados*). Quanto á sua opinião particular, que não hesita em dizer, é que sendo o nosso paiz, como é, essencialmente agricola, os interesses da agricultura são a mais natural de todas as industrias, e a que maior cuidado e attenção deve merecer ao governo; acrescentando que, mesmo entre os diferentes ramos da industria agricola, é a vinicola a principal de todas: e foi mesmo guiado pelo espirito de animar o interesse d'esta industria que o governo trouxe ao parlamento esta medida.

A questão da protecção a certas industrias fabris para que possam existir mais desfronçadas; e a da liberdade do commercio para que se possam obter mais baratos os seus productos, comprando-os ao estrangeiro, é uma questão grave e complexa, que se pôde resolver de chofre, quer n'um quer n'outro sentido, n'um paiz como o nosso.

Entrando no objecto de que propriamente se trata n'esta discussão, observa que se quer, e quer bem, não já n'este momento e de salto, mas lenta e successivamente que nos aproximemos da liberdade do commercio, e possamos ter a vida mais barata (*apoiados*): comtudo é necessario ter tambem com que pagar os productos que houvermos de importar dos estrangeiros, para conseguir isso convem que se façam todos os esforços (*apoiados*).

A industria vinicola não é destinada só a prover o necessario para o consumo do paiz, mas tambem a supprir a quasi exclusiva exportação; e n'um paiz exportador, como o nosso devem ou não adoptar-se medidas tendentes a levar este producto o mais barato possivel ao mercado estrangeiro? É portanto um principio de boa economia tudo quanto tender a embaratecer o preço dos vinhos, não só

para o consumo do paiz, como para os levar aos mercados estrangeiros, principio que nenhuma escola pôde rejeitar.

Ha razões fortes, fortissimas que levaram o governo a apresentar esta medida ao parlamento, razões que todos hão de reconhecer e apreciar, taes foram, entre outras, a reforma feita na Gran-Bretanha na legislação que tendendo a abrir um mercado muito mais extenso para os vinhos, offerece por consequencia maiores vantagens aos agricultores. Não deveriamos nós aproveitar-nos d'essas vantagens? Não deveriamos procurar pôr-nos em situação de poder concorrer e lutar com os produtores francezes e hespanhoes? Poderiamos continuar a sustentar os actuaes direitos sobre os productos da nossa industria vinicola, ou extinguir esses direitos? Não, o que convinha era iguala-los com os dos vinhos dos outros paizes, e aproveitar a occasião de levar o mais breve possivel ao mercado os nossos vinhos, de maneira a poderem concorrer com os vinhos estrangeiros.

Foram estes os motivos que levaram o governo a trazer este projecto á camara, motivos todos de interesse da propria industria vinicola; e muito longe de serem originados por odios a certas classes, odios que não pôde ter nenhum governo.

Respondendo ao digno par o sr. barão de Porto de Moza, observou que s. ex.<sup>a</sup> tinha dito que o paiz era rico por causa dos muitos vinhos serem ordinarios; ao que diria, elle orador, que o paiz seria pobre se não podesse exportar vinhos mais ou menos generosos, mais ou menos caros; e que por isso é necessario que estejam habilitados para concorrer aos mercados estrangeiros com vinhos ordinarios, e tambem de primeira qualidade que mal se consumiriam no paiz.

Resta agora saber se foi exagerada ou imprudente a medida que o governo propoz, se era acanhada em demasia e a redução pequena; que não foram mais justas as observações que se fizeram n'este sentido, do que tinham sido as que se apresentaram em sentido diametralmente opposto. O direito que se propõe não é só de mais de 20 por cento, em relação ao preço da aguardente estrangeira; pôde ser de 80 a 100 por cento, e chamou a attenção dos dignos pares em relação á aguardente produzida no paiz em annos ordinarios.

Reconhece que ha industrias exageradamente protegidas, mas ha de levar tempo a diminuir essa excessiva protecção: entretanto o direito que se propõe n'este projecto é um direito de protecção não menos forte do que os direitos altamente protectores que se encontram em a nossa pauta, em relação a muitos outros ramos de industria.

Referindo-se ao que acaba de dizer o sr. marquez de Niza, observou que o governo ouviu a comissão das pautas, e considerando a urgencia e importancia do projecto, desejou tambem ouvir a opinião do conselho de commercio: deram ambos o seu parecer, mas não tão breve como se desejava. Não houve n'isto infracção de lei: e a camara todavia pôde apreciar o projecto conforme entender, na certeza de que o governo estava tão compenetrado da conveniencia da medida que só por deferencia ouviu o conselho de commercio.

A historia d'este projecto não é nova; facta já da administração passada. A actual não fez mais do que apreciar a urgente necessidade de tomar uma medida a este respeito, e associar-se a tal idéa, apresentando este projecto.

Pelo que toca ao contrabando disse que o governo tem empregado todos os esforços possiveis para impedir similhante fraude. Em quanto a lei existe, embora possa ter erros e inconvenientes, é dever do governo mante-la e faze-la cumprir fielmente, e é isso o que o governo tem feito. O digno par o sr. visconde de Gouveia sabe quaes são as medidas que o governo adoptou n'este sentido, assim como que estas medidas produziram quanto era possivel produzir nas proximidades do Douro. No entretanto é de tal maneira instante a necessidade d'este genero para os lavradores do vinho, que fôra impossivel, apesar de todos os meios de que o governo dispõe, reprimir completamente esse trafico.

Reflectindo sobre as emendas que têm sido mandadas para a mesa, disse que não lhe parece haver motivo sufficiente para a sua aprovação. Longe do orador a idéa de pretender influir na camara para que vote o projecto; mas é claro que as especulações que se façam, ou hajam feito, á sombra da proposta, não são motivo bastante forte para se oppor ao projecto, nem é em nome d'ellas que o governo pede que elle seja aprovado, pois é um acto livre de qualquer depositar anticipadamente aguardentes, esperando que o projecto fosse aprovado. Quem faz ou fez taes depositos arriscou-se, ou a pagar o direito mais alto que está estabelecido, ou a sair, no caso do projecto ser rejeitado. Aqui não se trata senão de considerar em ampla liberdade os motivos que ha, ou pôde haver, para a sua aprovação ou rejeição, e de nenhuma sorte lhe parece que se deva ter em conta que este ou aquelle especulador veja mais longe e com anticipação se apresente a depositar um genero cujos direitos vê que se trata de reduzir, arriscando-se todavia aos inconvenientes que deixou apontados.

Lastima que uma questão d'esta natureza tenha sido tão demorada, apesar do governo ter feito quanto lhe era possivel para apressar a discussão d'ella; demora que já aqui foi notada em outra occasião pelo digno par o sr. visconde de Castro. Em Inglaterra discutem-se em dez dias as reformas de uma ordem mais importante do que esta que julga secundaria pelo lado da sua capacidade, posto que a considere importantissima, e de bastante interesse, tomada em si mesma. No que acaba de dizer não quer censurar a camara, Deus o livre d'isso, por ter querido que este projecto fosse ainda a outra comissão, por ter havido larga discussão sobre elle desde que foi dado para ordem do dia; ou por se haverem suscitado idéas e principios, que não trata de discutir, e que seriam melhor cabidos n'uma discussão mais lata do que a que o assumpto comporta.

O que faz é não concorrer para que mais se demore esta discussão, e conforme com isto limitar-se ha ás observações que acaba de expender á camara, muito mais em vista das considerações apresentadas pelo sr. visconde de Castro e o sr. visconde de Gouveia, concluindo ambos que deve o projecto merecer a aprovação das camaras.

Resta-lhe dizer duas palavras sobre a emenda que o sr. visconde de Balsemão mandou para a mesa. Fôra difficil e longo o processo de estar a fazer a distincção nas alfandegas das aguardentes; teria grandes inconvenientes; parece-lhe melhor deixar isso aos interesses individuaes, pois está certo de que cada um mandará buscar a de vinho que é a que lhe convém, e deixará ás outras.

Quanto á emenda do sr. marquez de Niza, disse que, sendo o direito até 33 graus, quanto mais baixa for a aguardente mais paga relativamente. Se o digno par quer evitar a entrada da aguardente mais ordinaria, pelo projecto é mais facil conseguilo, o que passou a mostrar.

O sr. Visconde de Gouveia: — desejava unicamente dar algumas explicações, porque me parece que o digno par o sr. barão de Porto de Moza alterou algumas das cousas que eu disse, talvez por não me ter explicado bem; e como essa alteração pôde produzir um effeito desagradavel para mim, foi por esse motivo que pedi a palavra. Mas, como a hora está adiantada, e já se tem apresentado rasões muito ponderosas, e não pretendo cançar a camara, reser-

vo-me para dar essas explicações em outra occasião, e desisto por agora da palavra.

O sr. Visconde de Castro: — cedo tambem da palavra.

Leram-se na mesa os seguintes quesitos apresentados pelo digno par o sr. marquez de Niza, e foram admittidos á discussão.

«Deve ser só admittida a aguardente propria para preparar os vinhos?»

«Deve ser só admittida a aguardente propria adubar os vinhos?»

«Deve a aguardente estrangeira ficar sujeita aos direitos de consumo, e igual á nacional?» — *Marquez de Niza.*

O sr. Barão de Porto de Moza: — esses quesitos não são novos, contêm a materia da emenda do digno par, por consequencia não ha nada novo que se ponha á discussão da camara; mesmo por que o digno par prescinde das outras circunstancias da sua emenda, e só quer que esses quesitos sejam postos á votação.

O sr. Marquez de Loulé: — pede que se leia a emenda do sr. marquez de Niza, porque não está bem certo n'ella. (*Leu-se na mesa.*)

Declara que vota pelo projecto do governo, e parece-lhe que os dignos pares que lhe fazem opposição attingiriam melhor ao fim a que desejam chegar, se propozessem que a aguardente de industria nacional fosse isenta de direitos de consumo, e seria com tanta mais razão, quanto é certo que em consequencia d'esses direitos as fabricas de aguardente que estão fóra das portas não podem sustentar a concorrência que lhe faz no mercado o mesmo genero produzido nas fabricas de dentro da cidade, que não é sujeito a esses direitos.

Pela sua parte, são estas as idéas que não duvidará reduzir a proposta, ouvindo porém antes as explicações do governo, pois não quer de modo algum suscitar-lhe embargos.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro): — disse que da outra vez que fallou, esqueceu-lhe tocar este ponto que se suscitou na discussão. O principio geral que estabelece a nossa legislação a este respeito, é que não deve haver accumulção de direitos. Toda a vez que um genero, importado do estrangeiro, está sujeito a direitos de consumo ou de entrada, paga unicamente o mais avultado, mas nunca os dois.

Este é o principio estabelecido, e que não parece ao governo haver motivo bastante para ser alterado, pois na proposta que se apresentou aqui, o direito de importação é ainda maior do que o de consumo.

O fim do genero de que se trata não é o consumo no paiz, mas sim, porque serve para o adubo do vinho; e foi por este motivo que o governo entendeu que não era necessario derogar o principio estabelecido, como já tem succedido em outras occasiões, como por exemplo a respeito dos cereaes, porque havia motivos especiaes para isso.

E pelo que respeita á questão apresentada pelo digno par o sr. marquez de Loulé, disse que bem via s. ex.<sup>a</sup> que era essa uma questão muito grave, e que não pôde o governo comprometter-se por mero incidente a aceitar, porque os direitos de consumo das aguardentes e do vinho em Lisboa, formam uma grande parte do rendimento da alfandega municipal, e por isso este negocio só pôde e deve ser tratado com madureza. Que entretanto, podia desde já dizer ao digno par, que o ponto que s. ex.<sup>a</sup> tocou mereceu muito especialmente a attenção do governo. O meio de fazer com que os produtores de aguardente do paiz de fóra da cidade, possam lutar com os que a fabricam dentro d'ella, foi attendido pelo governo n'uma proposta que se acha pendente na outra camara, e que ha de aqui vir se for approvada ali. Ella attenda de tal modo a este objecto, que de certo fará desaparecer a falta de equilibrio que existe actualmente. Pôde sentir-se a destillação dentro da cidade, mas impor-se de modo que se equilibre com os direitos de consumo. Foi a este ponto que o governo attendeu na proposta de lei para a contribuição industrial.

Espera, por tanto, que o digno par não querera que uma questão d'esta importancia seja tratada por incidente.

O sr. Marquez de Niza: — dirá unicamente duas palavras, porque lhe parece que o sr. ministro disse agora uma cousa que não é inteiramente exacta, e n'isto não pretende offender a s. ex.<sup>a</sup> O sr. ministro disse que a aguardente estrangeira, com este direito que se lhe marca, vem a ficar pagando mais do que a nacional; mas a isto observa o orador que a aguardente nacional paga 900 réis sendo até 30 graus, e d'ahi para cima paga mais um tostão por cada grau, de modo que a de 33 graus paga 15200 réis; portanto a unica protecção que tem a aguardente nacional é de 300 réis, o que não é uma protecção sufficiente.

Não diz mais nada, porque só teve em vista rectificar este facto, que, como se vê, não é completamente exacto.

O sr. Presidente: — como ninguém mais tem a palavra vou pôr á votação a emenda do digno par o sr. marquez de Niza.

O sr. Marquez de Niza: — peço a v. ex.<sup>a</sup> que mande pôr primeiro á votação os quesitos que apresentei, porque, vencidos ou rejeitados, está vencida ou rejeitada a emenda.

O sr. Visconde de Gouveia: — parece-me tão estranha esta maneira de votar, que não posso conformar-me com ella; nós temos uma proposta vinda da outra camara que é clara; temos, alem d'isso, uma emenda e um additamento, e por consequencia parece-me que os quesitos que se apresentaram são uma formula completamente nova e estranha ás formulas parlamentares, porque comprehendem materia que não esteve em discussão, e por isso não sei para que havemos de alterar as formulas votando esses quesitos. Se os comprehendem bem, não fazem mais do que apresentar de uma maneira diversa a doutrina dos dois casos que foram apresentados.

O sr. Barão de Porto de Moza: — não é impossivel votar d'esta maneira, e não ha materia nova, nem ha nada estranho ás praticas parlamentares n'este modo de votar. O projecto da diminuição dos direitos da aguardente comprehende diversas circunstancias; e votando-se os quesitos cada um vota pelo que quer. Eu quero votar pela introdução da aguardente de vinho com esse imposto, e não quero votar pela de outras substancias. Se se votar o projecto não posso votar com esta distincção. Este é o motivo porque cada um tem direito de fazer emendas ao que lhe parecer, e de formula-las como julga melhor.

Aqui não ha nada estranho.

O sr. Visconde de Balsemão: — sr. presidente, a minha proposta não pôde ser votada, senão como uma emenda, porque ella altera o artigo na parte em que eu peço que a aguardente admittida, seja a proveniente unicamente de vinho; por consequencia é uma emenda que manda o regimento que se vote primeiro. É evidente que ficando ella approvada, fica prejudicada a parte do artigo a que ella se refere.

O sr. Visconde de Castro: — não ha duvida que as emendas votam-se primeiro, mas quem quer votar pelo projecto que veio da outra camara, vota contra as emendas. Isto é uma questão que não vale nada.

Leu-se na mesa o primeiro quesito. Posto a votos, foi rejeitado.

Leu-se o segundo quesito.

O sr. Barão de Porto de Moza: — este segundo

quesito está prejudicado, é uma repetição, um pleonismo. Agora o que resta é o terceiro.

O sr. Marquez de Niza: — eu retiro o segundo quesito.

A camara annuiu.

Leu-se o terceiro quesito.

O sr. Visconde de Gouveia: — peço licença a v. ex.<sup>a</sup> para dizer que não posso votar sobre este quesito, porque não tem relação immediata com a materia. O sr. ministro da fazenda já deu as explicações precisas sobre este objecto, e eu tambem não me julgo habilitado a votar sobre direitos de consumo.

Foi rejeitado.

A emenda do sr. visconde de Balsemão julgou-se prejudicada pela rejeição do primeiro quesito.

Leu-se o artigo 1.<sup>o</sup> e seus §§, que foram approvados.

Entrou em discussão o artigo 2.<sup>o</sup> do projecto.

O sr. Marquez de Loulé: — desejava saber se a prorrogação que a camara votou, foi unicamente até se votar o artigo 1.<sup>o</sup> ou foi para a lei toda.

O sr. Presidente: — eu entendi que era para tratar d'este objecto até á sua conclusão.

O sr. D. Carlos Mascarenhas: — sr. presidente, não se podia entender de outro modo, senão que a sessão foi prorrogada para se votar esta lei. O fundamental apresentado foi que a sua demora era prejudicial ao commercio; ora, não se votando hoje, e ficando para outro dia, o prejuizo subsiste do mesmo modo.

O sr. Visconde de Balsemão: — sinto não estar de accordo com o digno par o sr. D. Carlos. O assumpto de que nos occupamos é muito importante, e apesar da necessidade que ha da sua aprovação, não se deve levar de salto esta discussão, porque esta camara não é uma mera chancellaria.

O sr. Visconde de Athougia: — longo de todos os dignos pares a idéa do querer que se vote sem discussão qualquer assumpto, o que se trata é de saber se se ha de continuar na discussão do projecto (*apoiados*); e isso não é razão que auctorise a chamar-se á camara uma chancellaria. A opinião do orador e cre que a da camara, foi que a prorrogação se entendia para a discussão e votação do todo do projecto.

O sr. D. Carlos Mascarenhas: — parece-me impossivel que o digno par entendesse que eu queria que se votasse sem discussão. Nunca foram essas as minhas idéas, porque eu não sigo os srs. ministros n'aquillo que elles querem, mas no que entendo em minha consciencia que devo fazer: não merecia portanto a censura que o digno par pareceu querer fazer-me.

O motivo porque se prorrogou a sessão foi obstar á demora d'esta lei, da qual nasciam muitos trans-tornos para o commercio: qual era o resultado que se tirava de se votar o artigo 1.<sup>o</sup>, se o resultado ficava para outro dia? nenhum; continuava a demora, que foi o que se quiz evitar com a prorrogação.

Não havendo quem pedisse a palavra sobre o artigo 2.<sup>o</sup>, foi o mesmo posto a votos e aprovado.

Postos successivamente os artigos 3.<sup>o</sup> e 4.<sup>o</sup> em discussão, e não havendo quem sobre elles tomasse a palavra, foram postos á votação e approvados, assim como a mesma redacção.

O sr. Presidente: — A seguinte sessão terá lugar amanhã (sabbado 26) sendo a ordem do dia a discussão do parecer n.<sup>o</sup> 17. Está levantada a sessão. — *eram seis horas e meia da tarde.*

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 25 de maio de 1860.

Os srs. visconde de Laborim; cardeal patriarcha; marquezes de Ficalho, de Fronteira, de Loulé, das Minas, de Niza, da Ribeira, de Vallada; archbispo de Evora; condes das Alcaçovas, de Alva, de Archella, de Azinhaga, do Bomfim, do Farrobo, da Louz, de Mello, da Ponte de Santa Maria, de Rio Maior, do Sobral, da Taipa; bispos de Coimbra, da Guarda; viscondes de Athougia, de Balsemão, de Benaguid, de Castellões, de Castro, de Fonte Arcada, de Fornos de Algodres, de Gouveia, da Luz; barões de Arruda, de Porto de Moza, da Vargem da Ordem; D. Carlos Mascarenhas, Moraes Pessanha, Silva Carvalho, Aguiar, Larcher, Eugenio de Almeida, Fonseca Magalhães, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

## CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 2 DE JUNHO

PRESIDENCIA DO EX.<sup>MO</sup> SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Á meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 71 srs. deputados.

O sr. Presidente: — declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Manda-se lançar na acta a seguinte declaração de voto:

«Declaro que na sessão de hoje votei tambem contra a primeira parte do artigo 1.<sup>o</sup> do projecto de lei n.<sup>o</sup> 20. — *Pinto Coelho.*»

Tambem se manda lançar na acta a seguinte declaração:

Do sr. Penetra, de que o sr. Bivar não comparece á sessão de hoje por motivo justificado. — *Inteirada.*

CORRESPONDENCIA

1.<sup>o</sup> Um officio do ministerio dos negocios estrangeiros, acompanhando um caixote que o ministro de sua magestade nos Estados Unidos dirigiu a esta secretaria de estado, contendo os volumes encadernados dos documentos legislativos do congresso americano de 1857-1858, e varios documentos do senado do anno anterior, tudo destinado para a bibliotheca das cortes. — Recebido com especial agrado, e para o archivo.

2.<sup>o</sup> Do ministerio da guerra, dando as informações pedidas pela comissão de fazenda,



uma parte importante do capital pela companhia *viannense*, e havendo as maiores probabilidades de completar-se a somma votada, logo que os trabalhos de construção tomassem algum desenvolvimento. — *Chamigo*.

3.º Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, seja enviada a esta camara uma nota demonstrativa da importancia dos direitos pagos nas alfandegas do reino sobre o arroz, desde que se acha em vigor a carta de lei de 3 de junho de 1859 até hontem, ou até uma data proxima a esta. — *Chamigo*.

4.º Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, se remetta a esta camara nota da producao da ultima safra de canna de assucar na ilha da Madeira, especificando-se nella a quantidade que em seguida foi reduzida a assucar, e tambem a que foi produzida em destillação. — *Chamigo*.

5.º Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, se remetta a esta camara copia do orçamento da obra que actualmente se está fazendo por conta do estado na capella e quinta da Penha de França, nos subúrbios da cidade do Funchal, conta das sommas já despendidas, e por quem autorizadas. — *L. V. de Affonseca*, deputado pelo circulo do Funchal.

6.º A commissão do ultramar renova o pedido que fez ao governo para que apresente a camara os decretos com força legislativa sobre os negocios do ultramar, autorizados pelo artigo 15.º do acto adicional á carta constitucional, e que não apresentem na actual legislatura, nem foram ainda approvados pelo poder legislativo. — *Ferreira-Arrobas*, *Baldino*, *Maia*, *Abranches*, *Magalhães*, *Soures Franco*, *Sousa Machado*.

São remetidos ao governo.

O sr. *Affonseca* — quando hontem propoz que o governo fosse autorizado a dispendir 15:000\$000 réis no restabelecimento do lazareto do Funchal, disse que era necessario cortar por despesas inúteis, em ordem a poderem-se fazer as que reputa indispensaveis.

Entre as que assim reputa, mencionou a quinta e capella da Penha de França nos subúrbios do Funchal, onde se faz pelas obras publicas uma casa de recreio para o bispo do Funchal, e uma estrada da Ribeira Brava, aonde dos 14:000\$000 réis já gastos, de certo o menos que se havia dispendido era na estrada, tendo a maxima parte sido gasta em fazer muralhas em torno das propriedades de um certo individuo que tem grande influencia na localidade.

Disse mais que se gastavam com a chamada repartição das obras publicas no Funchal perto de réis 300\$000 por mez, o que é um perfeito desperdicio, e que sendo todas estas despesas inconsequentes e exageradas, havia por certo fundo bastante para o restabelecimento do lazareto.

É um estabelecimento d'esta ordem de absoluta necessidade, especialmente quando se considera que a Madeira dista apenas do archipelago das Canárias vinte e quatro horas de viagem, archipelago onde ha um lazareto esplendido e construido debaixo de todas as condições da sciencia; e tendo sido declaradas endemicas em alguns pontos do continente americano a colera e a febre amarella, os pontos intermedios da navegação transatlantica, que não têm lazareto, são abandonados por aquella navegação, verificando-se o axioma de que em commercio o isolamento é a morte.

O illustre representante da Ponta do Sol, sem que lhe aproveite para o esclarecer a proximidade d'aquelle astro brilhante, taxou de inexactas as suas informações, dizendo que a estrada da Ribeira Brava é util e é conveniente, como se estradas deixassem já mais de o ser; mas o que não é util nem conveniente é que o dinheiro se dispenda; que se tenham gasto 14:000\$000 réis, tendo-se apenas feito algumas brancas de estrada, mas sem levantado muralhas para defender propriedades particulares.

O illustre deputado disse que o palacio do bispo do Funchal precisava de reparos, e nada mais justo do que ter a primeira autoridade ecclesiastica da ilha uma residencia digna d'elle e do governo que representa; mas elle, orador, não souteu uma palavra acerca do palacio episcopal; de que fallou foi na construção de uma casa de prazer e reconstrução da capella chamada da Penha de França, na qual já se gastaram 6:000\$000 réis, e segundo consta não poderá concluir-se com mais 3:000\$000 réis.

Pelo que respecta á repartição de obras publicas que ali se montou, a camara vê bem que em um districto como aquelle um inspector, dois amanuenses e um pagador, é quanto basta, tudo o mais são nichos para a collocação de afilhados, e quando se vão pedir ao povo sacrificios, é preciso fazer-lhe ver que não são barateados, e que pelo contrario a fazenda publica é administrada com zelo e probidade.

Pelo que respecta ao contrato de colonia a que o illustre deputado se referiu, só diz que instituições que têm seculos em apoio da sua razão de ser, não se derrubam sem maduro estudo e longa meditação. Agradece á camara a benevolencia com que o escutou, não podendo contudo deixar de estranhar que o governo, da altura a que deve sempre elevar-se, decesse hontem á pequenez do votar para que se lhe não concedesse a palavra em uma questão pessoal.

Conclue mandando para a mesa alguns requerimentos, pedindo diversos esclarecimentos pelo ministerio das obras publicas.

O sr. *Ministro da guerra* (visconde da Luz): — em referencia ao que acaba de dizer o illustre deputado acerca do director das obras publicas que está na Madeira, e sobre a necessidade de reduzir o grande pessoal que ha n'aquella repartição, cumpre-lhe dizer que o illustre deputado quando veio da Madeira lhe noticiou este facto, e elle ordenou em nome do ministro das obras publicas, e o inspector fosse immediatamente á Madeira, e propozesse todas as reduções que fossem compatíveis, do manciara que não houvesse excesso de despesa; e não podendo o ministro respectivo fazer essas reduções senão sobre as informações dos inspectores, e não tendo esta, vindo ainda nada pôde dizer por em quanto a tal respeito.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro): — não foram os ministros só, foi a camara que votou que não era aquella a occasião opportuna de se tratar um assumpto pessoal; cre que o illustre deputado não tinha sido offendido por ninguém; eram explicações sobre factos, mas a camara é para tratar de assumptos mais graves e mais importantes, do que as explicações individuais. Portanto não accitando a censura lançada pelo illustre deputado, nem a maneira pouco cavalheiresca porque foi tratado, declaro que como deputado tem o direito de votar como os outros, principalmente quando o seu voto juntamente com o dos seus collegas constitue resolução da camara.

O sr. *Ministro da guerra* (visconde da Luz): — envia para a mesa uma proposta para ser concedida uma pensão de 600\$000 réis á viúva do tenente general Adriano Mauricio Guilherme Ferreira.

É enviada á commissão de fazenda.

O sr. *Affonseca*: — que não censura, porque bem sabe que não tem direito a censurar os srs. ministros por votarem hontem que a palavra lhe fosse recusada.

Os srs. ministros com os seus tres votos pesaram na balança, e a palavra foi-lhe tirada; e isto quando um illustre deputado o havia accusado de haver faltado á verdade, taxando de inexactas as suas asserções.

Não censuro os srs. ministros, não empregou phrases pouco urbanas, como lhe imputa o nobre ministro da fazenda. Confessa que achou uma crueldade; confessa que se ressentiu; mas d'aqui a servir-se de termos descortezes e pouco urbanos a differença é grande.

Declara que nenhuma intenção teve de censurar os srs. ministros; isto não é senão a expressão do sentimento que experimenta, vendo-os votar para que fosse privado da palavra um deputado que era accusado de apresentar á camara asserções infundadas.

O sr. *Alves Martins*: — aproveita a occasião de estar presente o sr. ministro da guerra para dirigir uma pergunta a s. ex.ª

Em 24 de agosto de 1859 foi pronunciado no tribunal competente um paizano, em consequencia de um duello com um militar. Não sabe se entre nós o duello se deve considerar como crime, mas pelo facto do paizano ser pronunciado, mostra-se que elles não são permitidos; mas o que deseja que s. ex.ª lhe diga é, se estando esse militar e os padrinhos mettidos em processo, era possível ordenar-se que fossem fazer serviço sem se importar que estivessem culpados?

Effectivamente isto aconteceu, porque, pela secretaria d'estado dos negocios da guerra, desceu o officio de 4 de janeiro ultimo, ordenando que o capitão de caçadores n.º 6, José Francisco Lima, o major graduado, Joaquim Maria Baptista; os capitães de caçadores n.º 5, José de Medeiros Bettencourt e Ignacio Ferreira Pinto, fossem considerados soltos e em effectividade de serviço para todos os effectos, até que sobre o assumpto s. ex.ª tome uma resolução definitiva.

Bem sabe que s. ex.ª não teve parte alguma n'esta questão; porque essa resolução foi tomada no tempo do seu accessorio; mas é certo que não é possível mandar fazer serviço a militares que estão mettidos em processo. Como disse, não sabe se o duello é crime; seja ou não seja, não dá nenhuma importancia a estes duellos, mesmo porque este a que allude não passou de dispararem as pistolas que estavam carregadas de pólvora secca. Pela sua parte declara que nunca os aceitará, não só em consequencia do seu estado, mesmo porque os acha ridículos.

Deceja pois que o sr. ministro da guerra interino, lhe declare se tenciona tomar algumas providencias a este respeito.

O sr. *Ministro da guerra* (visconde da Luz): — o illustre deputado sabe que o officio a que alludiu não é do seu tempo; mas sendo prevenido pelo illustre deputado do facto que mencionou, ordenou immediatamente que esses officiaes respondessem a conselho de guerra. Entretanto não pôde deixar de lastimar a sorte do militar: se aceita um duello é castigado, e se o não aceita é tambem castigado como cobarde (*apoiados*). Recorda-se que em 1816, alguns officiaes tiveram desintelligencias entre si, e havendo desafios foram processados aquelles mesmos que não aceitaram o duello, como cobardes; mas a respeito do facto que teve lugar, pôde assegurar ao illustre deputado de que presentemente esses officiaes estão para responder a conselho de guerra.

O sr. *Felício*: — manda para a mesa duas representações da camara municipal de Villa Flor, uma pedindo a construção do ramal de estrada da Foz de Subrosa a Quintella de Lampaaças; e outra pedindo a criação de uma nova comarca.

O sr. *Zeferino Rodriguez*: — manda para a mesa cinco pareceres da commissão de petições.

#### ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PROJECTO DE LEI N.º 45

É o seguinte:

Senhores. — A vossa commissão de fazenda, tendo examinado a proposta n.º 5 das que acompanhavam o relatório sobre o estado da fazenda publica, apresentado pelo sr. ministro respectivo, a qual propoz a substituição dos impostos denominados *decima industrial* e *manejo de fabricas*, com os addicionaes e sellos de conhecimentos respectivos aos referidos impostos, por um imposto denominado *contribuição industrial*, nos termos da mesma proposta, vem hoje submeter ao vosso juizo o resultado do seu exame.

O augmento do imposto é um sacrificio indispensavel que se não pôde adiar por mais tempo, sem cada dia tornarmos mais difficil a solução do nosso problema financeiro, da qual depende não só o nosso progresso moral e material, a nossa civilização, considerada nos seus multiplices aspectos, mas até a satisfação das condições sem as quaes é difficil a conservação da nossa propria autonomia.

A verdade d'esta proposição tem chamado profundamente ao espirito de todos os homens publicos, esclarecidos pelo estudo e amestrados pela experiencia dos negocios, que podem aspirar seriamente ao poder; não ha um só que ouzasse tomar sobre si tão improba tarefa, sem a condição de augmentar por via do imposto a receita publica.

O nosso deficit, calculado já em cerca de réis 5.000:000\$000 no primeiro dos nossos orçamentos para o anno de 1827 a 1828, apresentado ás cortes pelo illustre ministro da fazenda de então o sr. Manuel Antonio de Carvalho, foi augmentado ainda pelas encargos da divida contrahida para a restauração da carta e pelas reformas economicas e financeiras de 1832.

Reduziram-se consideravelmente as sizas, aboliram-se os dizimos e os foraes, e lançou-se a carga do thesouro a indemnização dos direitos offendidos, e o pagamento das despesas que tinham n'aquellas extinctas fontes de receita uma consignação especial, sem de nenhum modo se prover á substituição d'essa receita: alliviaram-se de muitos mil contos de réis os contribuintes ou outros legitimos vedores, nem um centil se acrescentou á receita do thesouro.

O desenvolvimento da riqueza nacional, certo e indubitavel para os que estudam com attenção os factos economicos, contestado ainda pelos que os não comprehendem, tem sido progressivo mas lento, como não podia deixar de ser; e ainda assim não tem sido seguido por um augmento proporcional da receita publica.

Os patrióticos esforços das cortes constituintes de 1837 e de outros governos e parlamentos que se lhes seguiram para augmentar a receita e diminuir a despesa conseguiram attenuar muito, mas não poderam extinguir totalmente o grande deficit.

A vossa commissão não cre que só pelos côrtes no orçamento se possa estabelecer o equilibrio entre a receita e a despesa; ha sem duvida muitos serviços que carecem de uma melhor organização, mas a vossa commissão pensa que pôde haver ali antes melhor aproveitamento do que verdadeira diminuição das verbas que lhes estão consignadas. E depois o effecto das reformas e dos côrtes, mesmo quando podesse, que não pôde, ser efficaç, teria de ser necessariamente lento, porque não haviamos de ir agora lançar á margem os servidores publicos, que no meio das nossas dissensões politicas foram admitidos sem a maior escolha, ou ainda menos aquelles que, aptos para o desempenho das suas funções quando foram admitidos, se inutilisaram depois como os annos e com o trabalho. Nem era justo nem possível; não ha cortes que o votem, nem governo que o execute, nem paiz que o consinta. Embora isso nos custe, temos de aceitar os factos existentes, e as nossas vistas de reforma devem olhar mais para o futuro do que para o passado. A nossa natural bo-

nhomia e indole compassiva do nosso povo revoltase contra as demissões singulares de empregados de confiança, quanto mais se não revoltaria contra as demissões em massa de velhos militares ou empregados civis gastos no serviço da patria, que fiados na legislação em vigor se dedicaram á vida publica, inhabilitando-se para outras carreiras menos honrosas, mas mais lucrativas.

É se é impossivel a diminuição da despesa pelas demissões em massa dos servidores do estado, não o é menos pelos côrtes nos seus vencimentos. Todas as escolas os reputam em geral não só reduzidos ao minimo, mas até insufficientes. É absurdo pretender que a probidade, a intelligencia e o zelo concorram ao serviço publico sem uma retribuição condigna.

Da melhor cobrança da receita tambem se não pôde esperar o seu equilibrio com a despesa; os mapas juntos ao relatório do sr. ministro da fazenda mostram que nos ultimos annos se tem cobrado não só toda a receita votada, mas mesmo mais do que essa receita por conta do atrasado.

É portanto claro que é mister recorrer ao imposto para saldar o deficit da nossa receita ordinaria, e occorrer aos encargos da receita extraordinaria que levantamos para desenvolvimento da instrução e da viação publica, aperfeiçoamento do nosso exercito, augmento da nossa marinha, aproveitamento das nossas colonias e melhoramentos de todo o genero.

Temos a optar entre este sacrificio e a paralyasia immediata da nossa vida nacional, a bancarota mais ou menos remota e a dissolução consequente. Não se pôde pôr a questão de outro modo, e posta assim está resolvida; nem os principios economicos e financeiros, nem os do direito, nem finalmente os do pondum, nos permitem hesitar na escolha da alternativa que devemos seguir.

A questão não é se devemos augmentar o imposto, mas somente se o devemos augmentar pelo modo proposto pelo governo, se devemos aceitar o seu systema.

O estado dá a todos os cidadãos protecção para as suas vidas, liberdades e propriedades, dentro e fóra do paiz, dá-lhes meios de comunicação segura e facil, instrução religiosa, moral, intellectual e professional, e muitas outras vantagens de todo o genero; é mister que todos concorram para as despesas que custam estas vantagens na proporção em que gozam d'ellas, que é proximoamente á proporção das suas rendas: porque o estado não é nenhum ente sobrenatural dotado de riquezas infinitas e disposto a applica-las ás necessidades publicas, é simplesmente uma associação de todos os cidadãos que não pôde dar-lhes mais do que recebe d'elles, uma especie de associação de seguros mutuos em que todos concorrem com uma quota parte da sua propriedade para salvar o resto.

Qualquer portanto que seja a origem da renda, trabalho ou capital; que não é senão trabalho accumulado, capital fixo e imovel, ou capital circulante e movel, formas diversas da mesma substancia; a obrigação de contribuir com uma quota parte d'essa renda para as despesas publicas é sempre a mesma e sempre igual, e sempre derivada do mesmo principio, a conveniencia commun, ou antes a natureza commun, porque o estado social não é, como têm pretendido alguns utopistas, um estado facticio e de convenção, mas o verdadeiro e unico estado natural e congenito á organização humana.

Se pois fosse ou tivesse sido possível achar uma formula unica que nos desse com exactidão a renda de todos e cada um dos cidadãos, o imposto seria, como deve ser, como tende a ser, uma quota proporcional d'essa renda, que chegasse para satisfazer as necessidades publicas a que o estado occorre melhor e mais economicamente do que a acção espontanea e livre da iniciativa individual e do interesse privado, regulado apenas pelas leis economicas. O descobrimento d'essa inapreciavel formula resolveria todas as questões que hoje complicam e difficultam a theoria dos impostos, substituindo por um imposto unico a longa lista d'elles que ainda apparece nos orçamentos das nações mais civilizadas, simplificando a administração, facilitando o pagamento e a cobrança, diminuindo os vexames dos contribuintes e organisando solidamente a fazenda publica.

Como porém infelizmente se não tem podido descobrir uma tão util formula; como por isso todos os impostos são sujeitos a graves objecções; como a escolha de um só para fonte unica de receita publica aggravaria muito mais as desigualdades e injusticias inseparaveis de todos elles; a unica solução possível, conforme o estado actual da sciencia, é variar-lhes a forma para que as desigualdades e injusticias se sejam compensadas pelas desigualdades e injusticias dos outros; pedir a cada um somente o que elle pôde dar sem violencia, e melhorar e aperfeiçoar antes a distribuição e a cobrança dos antigos do que lançar outros novos, porque aquelles com o correr dos tempos têm-se confundido com os preços de todas as cousas e repartido indirectamente mais ou menos por todas as classes. Esta solução aconselhada pela sciencia é tambem confirmada pela pratica dos povos mais civilizados e pela propria historia da nossa fazenda; o bom senso publico e o instincto geral adivinhavam a solução das questões mais difficéis muito tempo antes que a sciencia a tenha descoberto, e as mais verdadeiras theorias não são em regra geral mais do que a tradução mais fiel e a synthese mais perfeita dos factos escrupulosamente analysados.

A reforma do nosso systema tributario proposta pelo governo, que por ora comprehende somente os impostos directos, e que a vossa commissão espera ser completada pela proposta de reforma dos impostos indirectos, considerada no seu complexo, satisfaz na parte respectiva tanto quanto as circunstancias o permitem ás considerações dictadas pela sciencia, e recomendadas pela pratica. Não ha ali criação de impostos novos, nem augmento desproporcional e gravoso de algum dos antigos; teve-se em vista obter um augmento indispensavel de receita por via da sua simplificação, da sua melhor distribuição pelas diversas classes de contribuintes e pelos diversos individuos da mesma classe, da sua mais facil e mais barata cobrança. Não se olhou só ás necessidades do fisco, attendeu-se tambem quanto foi possível á justiça e conveniencia dos contribuintes.

Nos seus relatórios respectivos vos explicou a vossa commissão os fundamentos que teve para aprovar e converter em projectos de lei as propostas do governo relativas á substituição dos impostos de sizas e transmissões pelo imposto de registro, e a reforma da lei da contribuição predial, e teve já a satisfação de ver as suas conclusões confirmadas em grande parte pelo vosso esclarecido e patriótico juizo.

Agora occupar-se ha mais especialmente da substituição da decima industrial e do manejo pela contribuição industrial, nos termos da proposta de lei que foi submettida á vossa approvação.

Já tivemos occasião de observar que nenhum principio de direito ou economia politica isentava os cidadãos, cujas rendas provinham de capitais moveis ou do seu proprio trabalho, de concorrer para a despesa publica do mesmo modo que aquelles cuja renda provinha da terra.

Não faremos á vossa illustração economica a grosseira injuria de vos occupar com a refutação da theoria phisioocratica de Quesnay e de Turgot, que, reputando productiva somente a industria agri-

cola e estereis todas as outras, somente tambem aquella industria impunham o encargo de alimentar o thesouro publico.

Era natural que os governos se lembrassem de collectar primeiro a renda da terra, por ser sem comparação a mais avultada no começo das sociedades, e sempre a mais visivel, a mais apreciavel, a mais tangivel; e a historia dos impostos mostranos que assim aconteceu.

Não se esqueceram porém mais tarde de collectar a renda dos capitais moveis e do trabalho. Já entre os romanos nos fins do imperio encontramos um imposto sobre os lucros do commercio e das diversas profissões, artes e officios, denominado *lustralis collatio*, porque era cobrado por junto no fim de cada lustro. Na idade media apparecem collectados os proventos das industrias fabril e commercial em diversos estados da Italia e da Alemanha com impostos de varias denominações, que depois se foram generalizando por toda a Europa.

O nosso imposto da decima, creado em 1641 como contribuição de guerra para sustentar a nossa independencia, abrangem desde logo todas as rendas de qualquer especie sem differença de origem, e sujeitounas todas á mesma quota.

Nunca porém a igualdade e a justiça da lei pôde encarnar na pratica.

A renda da terra tem sido sem comparação mais collectada, a renda dos capitais e do trabalho tem escapado quasi completamente á acção do imposto.

Para nos convencermos d'esta verdade, basta comparar a receita d'estas duas verbas no orçamento do actual ministro da fazenda para o anno de 1860 a 1861.

A receita proveniente da contribuição predial vem orçada em proximoamente 1.328:000\$000 réis, e a receita proveniente da decima industrial, decima de juros e imposto do mancio das fabricas, em proximoamente 350:000\$000 réis; sendo muito para notar que as fabricas, cuja protecção custa aos contribuintes centos de contos de réis, entram para aquella somma apenas com a verba de cinco contos de réis.

Esta monstruosa desigualdade nasce da difficuldade de verificar a renda proveniente dos capitais moveis ou do trabalho pelos mesmos meios de avaliação directa por que se verifica a renda proveniente dos capitais immoveis, sobre que recae a contribuição predial.

As declarações dos contribuintes e as informações dos louvados, que a nossa legislação tem tomado até hoje como principal criterio d'esta especie de renda, são, como nos mostra a experiencia, um criterio inaceitavel; e se-lo-hão em quanto por uma desgraçada depravação do senso moral e da opinião publica a defraudação dos direitos do estado for considerada como uma obra meritoria.

Obrigam os capitalistas, os commerciantes e os industrias a apresentarem os seus livros; expõem-lhes as investigações maliciosas da rivalidade profissional, da inveja, do odio; proceder a um inquerito miudo sobre os haveres de cada um, sobre o seu emprego; divulgar periodicamente as varias fortunas, ora prosperas, ora adversas, de cada empresa; revelar o segredo de todas as especulações de cada casa; é quasi sempre um arbitrio tão vexatorio, tão repugnante com a liberdade e com o segredo de que carecem a vida industrial e mercantil, tão offensivo da indole suspeitosa e susceptivel dos capitais moveis, que nem os reformadores mais fanaticos pelo rigor das theorias e menos escrupulosos respeitadores dos factos se têm lembrado de o estabelecer.

Uma excellencia theorica do imposto sobre a renda por um lado, e por outro a impossibilidade pratica de adoptar qualquer dos dois meios mais obvios de a verificar com respeito aos capitais moveis e ao trabalho, tem obrigado os economistas e os financeiros a procurar outros meios de sair da difficuldade; e pôde dizer-se que cada um dos diversos sistemas de taxas em vigor nas diferentes nações da Europa é uma nova tentativa para resolver o problema.

Recorreu-se primeiro ao systema puro e simples das taxas fixas sobre as diversas profissões, artes e officios que, differindo apenas do imposto das licenças mais policias que fisesse, enfeixava em um só grupo e sujeitava a uma mesma verba de imposto todos os que exerciam uma mesma profissão, arte ou officio, sem differença de classes ou de ordem de terras. Pôde dizer-se que este é o systema das taxas no seu estado rudimental.

Procurou-se depois corrigir a dureza do systema primitivo, que na sua iniqua igualdade faz lembrar o leito de Procnosto, por diversos alvites tendentes todos a augmentar a proporcionalidade do imposto.

É a França que parece dever attribuir-se a iniciativa da criação dos diversos sistemas de taxas sobre o commercio e a industria, estabelecidos no seculo XIX em diversos estados da Europa, com uma maior extensão de base e uma gradação mais scientifica.

A assembléa constituinte, refundindo o systema dos impostos, estabeleceu o principio de que o commercio e industria que ella acabava de libertar deviam concorrer tambem para as despesas publicas com a sua parte respectiva, e por uma lei de 1791 foram os industrias sujeitos a uma taxa proporcional aos alugueres de casas occupadas por elles, ou antes em razão progressiva d'esses alugueres.

Mais tarde julgou-se dever juntar a este elemento proporcional um direito fixo, estabelecido conforme a natureza das diversas profissões e a população do lugar onde eram exercidas.

A reunião d'estes dois elementos, o direito fixo e o direito proporcional, compoz a nova contribuição das patentes, cuja legislação successivamente aperfeiçoada por varias leis foi mais amplamente desenvolvida e systematicamente codificada pela lei do 1.º brumaire do anno VII, que esteve em vigor na maior e mais importante parte das suas disposições por espaço de meio seculo.

Ao cabo d'este tempo, não obstante ter sido modificada pelas leis de 25 de março de 1817 e 15 de maio de 1818, já a lei do 1.º brumaire, anno 7.º, estava em desharmonia com os factos consummados depois da sua promulgação.

O augmento do valor locativo das casas tinha tornado o direito proporcional sobre a base da decima parte estabelecido n'esta lei excessivamente pesado, e a administração tinha recuado em muitas localidades diante da applicação rigorosa da lei, de baixo d'este ponto de vista.

O desenvolvimento da industria tinha dado lugar ao estabelecimento de novas profissões, artes e officios, que não estavam comprehendidas nas tabellas juntas á mesma lei, e que por isso havia sido necessario classificar por analogia para supprir as suas lacunas.

E tinha-se reconhecido geralmente a utilidade de algumas disposições particulares relativas a algumas especies de industrias contribuintes.

Depois de diversas tentativas infructuosas veio finalmente a lei de 25 de abril de 1844 appropriar e applicar ás novas necessidades o principio já estabelecido na legislação anterior.

Nos termos d'esta lei todo o individuo que exercer em França qualquer commercio, industria ou profissão, é sujeito á contribuição das patentes.

Esta contribuição continuou a compor-se, conforme a legislação anterior, de um direito fixo e de um direito proporcional.

O direito fixo é estabelecido com respeito a tres categorias diversas, a cada uma das quaes corresponde a sua tabella.

A primeira categoria comprehende os negociantes e artistas em geral. É dividida em oito classes, graduadas conforme os lucros presumidos de cada classe, e subdividida em oito graus correspondentes á diversa grandeza das populações em que a respectiva industria, profissão, arte ou officio é exercida, de tal sorte que o direito fixo pôde ser no minimo de 2 francos, e no maximo de 300 francos.

A segunda categoria comprehende certas especies particulares de commerciantes ou industrias, graduados em uma escala distincta da generalidade, conforme a especialidade da sua industria, profissão, arte ou officio, e tambem conforme a maior ou menor população do lugar em que essa industria, profissão, arte ou officio é exercida.

A terceira categoria comprehende as empresas industrias em que não influe, ou influe muito menos, a grandeza da população em que são exercidas, e com respeito ás quaes o direito fixo é determinado por certos indicadores especies, como, por exemplo, o numero dos operarios ou dos fornos, a capacidade das caldeiras, das tinhas, e outras circunstancias que podem determinar a grandeza do estabelecimento.

O direito proporcional varia de  $\frac{1}{10}$  a  $\frac{1}{15}$  do valor locativo das casas de habitação, armazens ou outros estabelecimentos, conforme a importancia da industria, e o espaço maior ou menor em que ella é exercida.

As profissões liberais estão sujeitas tão somente ao direito proporcional de  $\frac{1}{15}$ .

Ha tambem alguns industrias das ultimas classes que estão sujeitos somente ao direito fixo.

Como se vê d'esta breve exposição do systema francez, adopta-se como ponto de partida o direito fixo, estabelecido conforme a media presumida da renda de cada profissão, e procura-se corrigir a dureza e inexactidão que possa provir da adopção das medias presumidas, por via do direito proporcional, partindo da hypothese provavel de que na mesma especie de industria, e na mesma ordem de terra, ou na mesma apparente igualdade de circunstancias determinada de outro modo, deve ter maior renda aquella cuja casa de habitação ou cujo estabelecimento industrial é mais importante. Tal é o systema francez na sua maior generalidade.

O systema hespanhol diversifica um pouco do systema francez. A contribuição compõe-se somente do elemento, que no systema francez se chama o elemento fixo. A sua natural dureza é corrigida de outro modo, com respeito a todas as industrias em que não ha signaes externos, por onde se possa conhecer com mais exactidão a sua renda provavel e relativa; concedeu-se-lhes, sempre que se julgou possível, o direito de se associarem ou aggregarem por classes em cada circumscrição administrativa, a fim de distribuirem entre si, com attenção ás diferentes circunstancias de cada um, dentro de uns certos limites estabelecidos na lei, a somma total de numero das taxas correspondentes a todos os individuos que constituem a associação.

A vossa commissão não fallará dos diversos systemas de taxas estabelecidos nos diversos povos da Europa, quer porque bem examinados se podem considerar mais ou menos variedades d'estes dois typos, quer porque são estes sem duvida as fontes das diversas tentativas que entre nós se têm feito para estabelecer o systema das patentes.

O systema decretado em 1845, cujo desenvolvimento se encontra no regulamento geral das contribuições directas de 20 de dezembro d'aquelle anno, artigo 18.º e seguintes, assimilhava-se ao systema francez em adoptar os dois elementos fixo e variavel, as taxas de profissão e as quotas proporcionaes; differia porém do systema francez em que a contribuição, em lugar de estar sujeita ás eventualidades da industria e de produzir mais ou menos conforme ella florescesse ou decaísse, devia pelo contrario ser fixada pelas côrtes todos os annos em um contingente certo, tendo a differença entre esse contingente e o producto das taxas fixas de ser preenchida por uma percentagem complementar sobre as rendas das casas de habitação e estabelecimentos industrias, que por isso tambem não era certa como no systema francez, mas variavel conforme fosse maior ou menor a differença a preencher entre o contingente total e o producto das taxas.

O systema adoptado em 1856, cujo desenvolvimento se encontra na respectiva proposta de lei inserta no *Diario do Governo* n.º 52 do 1.º de março do mesmo anno, foi, como se declara no relatório que precedeu estas e outras providencias apresentadas na mesma occasião, modelado sobre o systema francez puro, abandonando-se a idea de converter este imposto em contribuição de partição.

Finalmente o systema preferido pelo governo actual foi formulado pelo sr. ministro da fazenda na sua proposta n.º 5, de que nos estamos occupando. No artigo 1.º denominou o imposto; no 2.º definiu a sua base; no 3.º, 4.º e 5.º estabeleceram especialmente o seu systema; desde o artigo 6.º até o artigo 15.º inclusivé deu diversas regras que constituem o direito respectivo; desde o artigo 16.º até o artigo 26.º inclusivé determinou a competencia e o processo para o lançamento e a repartição do imposto; e por ultimo nos artigos 27.º, 28.º e 29.º estatuiu algumas providencias geraes e autorizações transitorias.

Pelo exame do systema estabelecido nos artigos 3.º, 4.º e 5.º, e processo respectivo, determinado nos artigos 21.º, 22.º e seguintes, vê-se que se adoptaram as taxas como ponto de partida, em harmonia com os systemas em vigor na maior parte da Europa, salva a classificação que se accommodou ás nossas circunstancias.

A tabella A comprehende aquellas industrias, artes e officios, cuja importancia relativa é independente da ordem das terras em que são exercidas, e pôde ser mais facil e mais aproximadamente determinada por indicadores especies, como por exemplo o numero dos operarios, o numero dos fornos, das tinhas, das mesas de estamparia, a capacidade das caldeiras e outros semelhantes. Corresponde á terceira categoria do systema francez e tabella respectiva C.

A tabella B comprehende aquellas industrias, profissões, artes ou officios, para as quaes não é facil, nem na maior parte possível, achar indicadores especies que determinem a sua importancia relativa.

Esta tabella tem tres partes. A primeira comprehende a generalidade dos commerciantes e industrias, como a tabella A do systema francez, correspondente á primeira categoria; é dividida em sete classes, conforme os lucros presumidos de cada classe, e subdividida em cinco graus conforme a diversa ordem das terras em que as diversas industrias, profissões, artes ou officios são exercidas, estabelecendo por consequencia trinta e cinco taxas diversas que se elevam desde 300 réis até 100\$000 réis.

A segunda e terceira parte correspondem á segunda categoria do systema francez e á tabella B do mesmo systema, e comprehendem certas industrias especies que em razão das suas circunstancias particulares não entram nas sete classes em que é dividida a generalidade dos commerciantes e industrias, mas são taxadas especialmente com attenção ou sem attenção á ordem das terras em que são exercidas, conforme se entendem que esta circunstancia podia ou não influir nos seus respectivos lucros.

Com respeito ás industrias e profissões, artes e officios comprehendidos na tabella A, entendeu-se que



os indicadores especies corrigiriam a dureza das taxas, tanto quanto se pôde esperar da imperfeição das cousas humanas.

Para as comprehensões na tabella B era mister escolher um outro correctivo. A adopção do valor locativo da casa de habitação ou estabelecimento commercial ou industrial, como indicador da renda contribuinte estabelecida no artigo 11.º da lei de 7 de abril de 1838 e artigo 39.º das instruções de 22 de abril de 1851, levada á execução em Lisboa, nunca pôde executar-se nas provincias. O governo tinha reconhecido explicitamente a imperfeição das bases do lançamento da contribuição industrial, e havia-se obrigado a prover de remedio por uma proposta de lei.

Tratando pois de se desempenhar d'esta promessa não podia coherentemente adoptar o systema francez puro, um dos elementos do qual eram as quotas proporcionaes sobre a renda ou valor locativo das casas de habitação. Estando já entre nós estabelecido outro imposto sobre a renda das casas, um segundo em mais larga escala ainda sobre a mesma base era inadmissivel.

Se o systema francez puro, em que as quotas proporcionaes são fixas, não podia ser introduzido sem inconvenientes graves, maiores eram os do systema francez modificado pela lei de 19 de abril e decreto de 20 de dezembro de 1845.

Como por este systema a contribuição era de repartição, qualquer diminuição no producto das taxas augmentaria a percentagem complementar sobre o valor locativo, já sujeito a outro imposto, e aggravaria as desigualdades reconhecidas d'esta base, applicada em larga escala.

Julgou-se pois que a correcção das injustiças que podesse haver na applicação da mesma taxa a todos os individuos pertencentes á mesma classe, na mesma ordem de terras, se podia conseguir com muito mais probabilidade conforme o systema hespanhol pela associação d'esses individuos.

O estado recebe sempre de cada industria, profissão, arte ou officio percentagens á mesma classe, na mesma ordem de terras, a somma total de um numero de taxas igual ao numero dos individuos que formam a mesma industria, profissão, arte ou officio.

E como a importancia da taxa respectiva a cada classe é calculada sobre a media dos lucros respectivos, nem o estado nem a classe são lesados. Atendendo porém a que as medias são sempre numeros abstractos de creação nossa, que se derivam da realidade dos factos, mas que não existem n'ella, é evidente que se fosse possível as deveriamos decompor nos seus elementos constitutivos para applicar o imposto aos individuos, descendo agora da synthese para a analyse como antes tinhamos subido da analyse para a synthese.

Ora, esta operação não pôde ser feita de nenhum modo tão bem como pelo accordo dos individuos que formam a mesma industria, profissão, arte ou officio, que conhecendo muito bem as suas respectivas forças contribuintes podem, augmentando a taxa até ao quintuplo, ou diminuindo-a até á quinta parte, aproximar-se muito mais da verdade por um prudente arbitrio do que a lei pela sua letra cega, que não vê senão as medias e as regras geraes, e não pôde contemplar todas as hypothesees particulares.

Dentro da mesma classe e da mesma ordem de terras o imposto pôde ser considerado augmentado ou diminuido accommodando-se ás diversas fortunas dos contribuintes.

Taes são os principios fundamentais em que assenta o systema do governo, que a commissão adoptou, com pequenas modificações.

A competencia e o processo foi em geral regulado em harmonia com os principios que já desenvolvemos no relatório do projecto de lei relativo á contribuição predial, e que por isso é escusado repetir, salvas algumas modificações determinadas pelas circunstancias especies do assumpto.

As matrizes são sempre feitas pelos escriptores de fazenda com recurso para as juntas de repartidores e para o conselho d'estado. A repartição, nos casos em que tem lugar, é que é feita, como já dissemos, pelos interessados, na falta d'elles pela camara municipal, e só em fim pela junta dos repartidores quando os interessados ou os seus naturaes representantes a não querem fazer.

Resta explicar-vos como se procedeu na formação, exame e correcção das tabellas.

Tomou-se como ponto de partida a legislação em vigor que obriga os industriaes e commerciantes a pagar a decima parte dos seus lucros líquidos, não contando os addicionaes; mas na maxima parte dos casos as tabellas estabelecidas representam uma percentagem muito inferior á legal.

Investigou-se com o maior escrupulo quaes poderiam ser approximadamente os lucros líquidos de cada industria, profissão, arte ou officio, aproveitando-se neste intuito todos quantos meios se poderiam alcançar.

O governo havia já examinado os lançamentos existentes e as tabellas franceza e hespanhola; tinha consultado os empregados fiscaes, e feito ouvir em muitos casos os interessados; e sobre esses esclarecimentos assentou as tabellas que vem juntas á proposta n.º 5.

A vossa commissão discutiu com audiencia do governo em muitas sessões as tabellas propostas, examinando pausadamente os seus diversos artigos, verificando os esclarecimentos em que elles assentaram; procedendo a um inquerito dos escriptores de fazenda da capital e de outros empregados fiscaes; ponderando as representações de diversas classes de contribuintes, attendendo-as em tudo quanto lhe pareceu justo; e finalmente ouvindo todos os srs. deputados que quizeram esclarecer a com as suas luzes, e accitando todas as suas observações que podiam aperfeçoar tão complicada e difficil obra.

A vossa commissão não tem a vaidade de julgar que vos apresenta um trabalho perfeito, não podia aspirar a que em parte nenhuma se tem conseguido, mas tem a consciencia de que fez quanto podia para se desempenhar da missão que vós lhe incumbistes; a pratica irá mostrando as alterações que é mister fazer, e o governo as proporá ás cortes quando for occasião.

Mas no intervalo das sessões, e em quanto as cortes não provirem de remedio, é necessario que o governo fique autorizado para modificar, ovidua a direcção geral das contribuições directas e o conselho d'estado na secção administrativa, aquellas taxas que por ventura possam ter escapado ao exame da commissão, pelas quaes os contribuintes venham a pagar mais do que a decima parte do seu verdadeiro rendimento liquido, sem contar os addicionaes, a fim de que nenhum contribuinte pague mais do que essa quota, que também foi tomada como base de todas as taxas.

Nem a commissão nem o governo quizeram que os contribuintes pagassem mais do que a percentagem legal actualmente estabelecida, nem por outro lado os contribuintes podem com justiça querer pagar menos, porque a obrigação é a mesma para todos indistinctamente de contribuir para as necessidades publicas na proporção da sua renda.

Por estes fundamentos a vossa commissão, de accordo com o governo, entende que a sua proposta n.º 5 deve ser approvada depois de modificada e convertida no seguinte

# PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Ficam extinctos desde o 1.º de janeiro de 1861 em diante todos os impostos denominados

=decima industrial, maneo de fabricas e todos os addicionaes e sellos de conhecimentos respectivos aos referidos impostos= e substituidos por um imposto que se denominará=contribuição industrial= nos termos da presente lei.

Art. 2.º Todas as pessoas nacionaes ou estrangeiras que exercerem no continente do reino e nas ilhas adjacentes qualquer industria, profissão, arte ou officio, serão sujeitas á contribuição industrial, nos termos da presente lei.

§ 1.º Exceptuam-se da disposição d'este artigo: 1.º Os membros do corpo diplomatico estrangeiro em effectivo serviço;

2.º Os agentes consulares de paizes estrangeiros, somente com respeito aos proventos do seu emprego;

3.º Os empregados do estado ou de estabelecimentos subsidiados pelo estado, com respeito aos vencimentos que receberem do estado ou d'esses estabelecimentos; e bem assim os ministros do culto, com respeito a todos os seus vencimentos respectivos ao mesmo culto;

4.º Os credores da divida publica fundada, com respeito aos juros d'ella;

5.º Os pescadores e concessionarios de minas, com relação aos seus respectivos lucros, em quanto estiverem sujeitos a impostos especies;

6.º Os cultivadores ou exploradores de quaesquer predios rusticos ou urbanos, com relação aos seus respectivos lucros, sujeitos á contribuição predial;

7.º As caixas economicas e os monte pios legalmente estabelecidos;

8.º Os jornaleiros ou trabalhadores que não exercerem alguma das profissões designadas nas tabellas A e B;

9.º Aquelles que forem isentos por leis especies.

§ 2.º As disposições d'esta lei serão applicadas aos subditos estrangeiros, com as modificações estabelecidas nos respectivos tratados, em quanto estes subsistirem.

Art. 3.º A contribuição industrial compõe-se:

1.º De taxas fixas, não sujeitas a repartição, mas impostas a certas industrias, profissões, artes ou officios, proporcionalmente aos seus lucros certos ou presumidos, reguladas pelas diversas disposições d'esta lei e tabella annexa A, que d'ella faz parte;

2.º De taxas variaveis ou sujeitas a repartição, impostas a outras industrias, profissões, artes ou officios; umas conforme a grandeza das povoações em que forem exercidas e segundo os diversos lucros que na mesma povoação podem ter os diferentes individuos que as exercerem, outras não sujeitas no todo ou em parte á ordem das terras, mas também conforme os diversos lucros de cada contribuinte, as quaes taxas serão reguladas também pelas disposições d'esta lei, e da tabella junta B, que d'ella faz parte.

Art. 4.º Para os effectos d'esta lei todas as povoações do continente do reino e ilhas adjacentes serão distribuidas em seis ordens, segundo sua população, conforme a tabella junta B.

Art. 5.º As industrias, profissões, artes ou officios a que se refere o n.º 2.º do artigo 3.º, em cuja importancia influir a ordem das povoações onde forem exercidas, serão distribuidas em oito classes e taxadas segundo a primeira e a segunda parte da tabella B, que faz parte d'esta lei.

§ 1.º As industrias, profissões, artes ou officios a que se refere o n.º 2.º do artigo 3.º, em cuja importancia não influir a ordem das povoações onde forem exercidas, serão taxadas segundo a terceira parte da tabella B.

§ 2.º Os contribuintes serão collectados sempre em relação á ordem da terra em que habitualmente exercerem a sua industria, profissão, arte ou officio, ainda que não seja a do seu domicilio.

Art. 6.º A pessoa que no concelho exercer a mesma ou as mesmas industrias, profissões, artes ou officios em diferentes locaes, entrará para a contribuição com tantas taxas quantos forem os seus diversos estabelecimentos.

Art. 7.º A pessoa que dentro da mesma loja ou estabelecimento vender artigos pertencentes a duas ou mais industrias, profissões, artes ou officios das comprehendidas nas tabellas A e B, pagará só pela taxa mais elevada d'entre as correspondentes a essas industrias.

Art. 8.º Os fabricantes ou negociantes que tiverem deposito de fazendas em locaes certos para venda a retalho, ainda que não vendam diariamente mas só em dias de feiras ou mercados, pagarão a taxa correspondente alem da collecta que pagarem pela fabrica ou estabelecimento commercial.

Art. 9.º As sociedades com firma serão collectadas por meio de uma só taxa.

Art. 10.º As companhias ou quaesquer outras sociedades commerciaes de qualquer especie, cujo fundo social for representado por meio de acções a que se distribuem dividendos, serão collectadas em uma percentagem determinada na tabella respectiva do total do dividendo distribuido no anno proximo antecedente ao do lançamento de que se tratar, sendo a collecta em uma só verba, e cobrada por uma só vez dos directores, caixas ou gerentes d'aquelles estabelecimentos.

Art. 11.º A contribuição industrial começa a vencer-se desde o primeiro trimestre em que começar o exercicio de qualquer industria, profissão, arte ou officio, e deixa de vencer-se no principio do trimestre em que cessar esse exercicio.

Art. 12.º Todos os estabelecimentos industriaes ou commerciaes, a que se refere esta lei e suas respectivas tabellas, serão garantias da taxa a que pela mesma lei estiverem sujeitos, e das custas e multas a que o seu lançamento ou cobrança possa dar causa; e os seus possuidores por qualquer titulo serão responsaveis pelas mesmas taxas, custas e multas, quando os proprios collectados deixem de as pagar.

§ 1.º Todos os logistas e chefes de estabelecimentos fabricis ou commerciaes ou companhias anónimas de qualquer especie serão responsaveis pelas collectas dos seus respectivos empregados, caixeiros e mestres de officinas, quando não sejam pagas nos prazos da lei.

§ 2.º Todos os empresarios de espectaculos publicos serão responsaveis pelas collectas dos seus respectivos artistas, quando estes não as paguem nos prazos da lei.

Art. 13.º O lançamento e a repartição da contribuição industrial far-se-ha por concelhos, e competirá á respectiva junta dos repartidores ou aos proprios contribuintes, com recurso para a camara municipal e para o conselho d'estado, nos termos da presente lei.

§ 1.º Os diversos bairros em que se dividem os concelhos de Lisboa e Porto serão, para os effectos d'esta lei, considerados como outros tantos concelhos.

§ 2.º Em logar dos dois cidadãos proprietarios que, pelo citado artigo 2.º da lei da contribuição predial, fazem parte da junta dos repartidores, as camaras nomearão dois cidadãos da classe industrial para o serviço da respectiva contribuição.

§ 3.º As mesmas autoridades competem a imposição de qualquer multa a que possa dar logar o lançamento ou a repartição da contribuição industrial.

Art. 14.º Haverá em cada concelho informadores louvados especies para o serviço da contribuição industrial, escolhidos annualmente pela respectiva junta.

Art. 15.º Far-se-ha em cada concelho um arrolamento geral de todas as pessoas que, nos termos

da presente lei, estiverem sujeitas á contribuição industrial, que se denominará, matriz da contribuição industrial, a qual matriz servirá para se lançar e distribuir a mesma contribuição.

§ 1.º Esta matriz será feita pelo escriptivo de fazenda do respectivo concelho, tomando por base no primeiro anno o ultimo lançamento das contribuições extinctas por esta lei, no qual fará *ex officio*, ou a reclamação de qualquer cidadão contribuinte, todas as alterações que a mudança de circunstancias dos individuos ali collectados ou as novas provisões d'esta lei tornarem necessarias. Feita a primeira matriz será esta tomada para base das subsequentes.

§ 2.º Nesta matriz declarar-se-ha: 1.º, o nome da pessoa sujeita á contribuição industrial; 2.º, a sua morada; 3.º, o seu emprego, industria, profissão, arte ou officio; 4.º, a classe em que estiver incluído esse emprego, industria, profissão, arte ou officio e a ordem da terra em que for exercido; 5.º, o facto ou factos sobre que recair a contribuição.

Art. 16.º A matriz, depois de feita pelo respectivo escriptivo de fazenda, nos termos do artigo antecedente, será patente aos contribuintes no tempo e pelos prazos que os regulamentos fixarem; e das reclamações que não forem satisfeitas pelo escriptivo de fazenda haverá recurso para a junta dos repartidores, que os julgará nos prazos estabelecidos nos mesmos regulamentos.

§ unico. Com as rectificações feitas pelas juntas dos repartidores ficam as matrizes concluidas para por ellas se fazer o lançamento e a distribuição da contribuição industrial, nos termos da presente lei.

Art. 17.º Esta matriz assim concluida, nos termos do artigo antecedente, é a base do lançamento e repartição da contribuição industrial.

§ 1.º Os contribuintes das classes a que se refere o n.º 1.º do artigo 3.º, incluídos na tabella A, e que nos termos d'esta lei estiverem sujeitos a taxas fixas, lançará logo a junta dos repartidores as taxas que á vista da dita tabella lhes corresponderem.

§ 2.º Aos contribuintes das classes a que se refere o n.º 2.º do artigo 3.º, incluídos na tabella B, e que nos termos d'esta lei estiverem sujeitos a uma taxa variavel, conforme os seus respectivos lucros, far-se-ha a repartição pelo modo estabelecido nos artigos seguintes.

Art. 18.º Os escriptores de fazenda extrahirão da matriz listas nominadas separadas de todas as pessoas da mesma industria, profissão, arte ou officio e ordem de povoação que estiverem sujeitas a taxas variaveis, nos termos do citado n.º 2.º do artigo 3.º e da tabella B, e avisarão a todas as pessoas que constarem da mesma lista, no caso de serem pelo menos sete, para se constituirem em gremio dentro do prazo marcado nos regulamentos, a fim de procederem entre si á repartição da importancia total das taxas que couber á sua industria, profissão, arte ou officio na proporção dos respectivos lucros de cada um.

§ 1.º Nas cidades de Lisboa e Porto das listas dos diversos bairros formar-se-ha uma lista geral do concelho, e por ella se formarão os gremios.

§ 2.º Logo que, sobre aviso do escriptivo de fazenda, se reunirem entre si mais pessoas de uma mesma lista, poderá considerar-se constituído o gremio, se não houver reclamação em contrario da maioria das pessoas comprehendidas na mesma lista.

Art. 19.º Constituidos em gremio os diversos individuos que dentro da mesma ordem de terra exercerem a mesma industria, profissão, arte ou officio, procederão á repartição da importancia total das taxas que tiverem cabido ao mesmo gremio pelos diversos membros d'elle, conforme os seus lucros respectivos; e escolherão dois ou tres procuradores para representarem o gremio nas suas relações com as autoridades, nos termos d'esta lei.

§ 1.º Nunca porém poderão lançar a cada membro do gremio, nem mais do que o quintuplo da respectiva taxa, nem menos do que a quinta parte d'ella.

§ 2.º A repartição será feita, sob pena de nulidade, de modo que a somma total das quotas que tiverem de pagar todos os associados seja sempre igual á importancia total das taxas que tiverem cabido ao gremio.

§ 3.º O gremio poderá fazer esta repartição directamente ou por via de arbitros de sua eleição.

§ 4.º Quando o gremio fizer a repartição nos termos d'este artigo, terá o beneficio de 3 por cento de abatimento na totalidade do seu contingente.

Art. 20.º A repartição assim feita pelo gremio haverá recurso para a respectiva camara municipal.

§ 1.º A camara julgará conjuntamente em um só processo, em uma só sessão e por uma só decisão, todos os recursos relativos a um mesmo gremio, depois de ouvidos os recorrentes e os procuradores representantes do gremio recorrido, emendando os erros ou injustiças na repartição feita por este possa ter havido; mas sempre de modo que as quantias que diminuir a alguns dos contribuintes as acrescente logo aos outros, e que a somma total das quotas que tiverem de pagar todos os membros do gremio prefacia a importancia total da somma que lhe tiver cabido, sob pena de nulidade.

§ 2.º A camara em sessão publica ouvirá todos os interessados e o respectivo escriptivo de fazenda, e colherá todos os esclarecimentos; mas a discussão e subsequente decisão será em conferencia secreta, lançando-se as deliberações n'uma só acta, em que se declaram todas as alterações feitas na repartição recorrida.

Art. 21.º Quando os diversos individuos da mesma ordem de terra, que exercerem a mesma industria, profissão, arte ou officio, forem menos de sete, se não reunirem ou recusarem associar-se, ou tendo-se associado não fizerem a repartição nos termos do artigo 19.º e seus §§, procederá a ella a respectiva camara municipal; e quando esta a não verificar, nos termos d'esta lei e nos prazos que os regulamentos marcarem, será feita pela junta dos repartidores.

§ 1.º Da distribuição feita pela camara municipal ou pela junta dos repartidores poderão os contribuintes reclamar perante a mesma camara ou junta.

§ 2.º Rectificada a distribuição pela camara ou pela junta, em consequencia das reclamações attendidas, ficará definitivamente feita a repartição.

§ 3.º Nas cidades de Lisboa e Porto formar-se-ha, para os effectos d'este artigo e § 1.º do artigo 18.º, uma junta central de repartidores, composta de todos os escriptores de fazenda dos respectivos bairros, de um membro por cada junta, escolhido por ella d'entre os nomeados pela camara, do delegado e administrador do bairro onde for a sede da camara municipal, servindo este ultimo de presidente.

Art. 22.º Feita a repartição pelos gremios, pelas camaras municipais ou pelas juntas dos repartidores, e passada em julgado ou reformada pela camara nos termos d'esta lei, julgar-se-ha definitivamente concluida para por ella se proceder á cobrança.

Art. 23.º Das matrizes concluidas nos termos do § 1.º do artigo 16.º e das repartições concluidas nos termos dos artigos 17.º, 18.º e 19.º haverá ainda recurso para o conselho d'estado, somente nos casos de preterição de formalidades e dos termos essenciaes do processo, offensa de lei expressa ou errada apreciação de facto que possa provar-se com documentos que tenham fé em prova, e também extraordinariamente para o governo, nos casos do artigo 10.º da lei sobre a contribuição predial.

§ 1.º Os recursos para o conselho d'estado de que se falla neste artigo serão remettidos officiosamente pelo presidente da junta dos repartidores ao referido conselho, onde serão considerados urgentes e decididos summariamente.

§ 2.º E outrossim o governo, ovidua a direcção geral das contribuições directas e a secção administrativa do conselho d'estado, autorisado a reduzir provisoriamente, até que as cortes provejam, as taxas impostas a qualquer industria, profissão, arte ou officio, nas tabellas A e B, que excederem a 10 por cento sobre a media dos seus respectivos lucros, não contando os addicionaes, se os interessados lh'o requererem e justificarem devidamente os seus requerimentos.

§ 3.º Quando porém se der aos contribuintes provimento nos recursos a que se refere este artigo e seus §§, as respectivas certidões serão remettidas officiosamente ao presidente da junta dos repartidores, o qual á vista das mesmas certidões passará aos recorrentes titulos, que lhes serão attendidos a elles ou a outros contribuintes do mesmo concelho a quem elles os endossarem no pagamento de quantia igual áquella em que houverem sido lesados pelo erro da matriz, da repartição ou excesso de taxa.

Art. 24.º Qualquer industria, profissão, arte ou officio omissa nas tabellas A e B, que evidentemente seja semelhante a algum dos que ali vão mencionados, será collectado segundo essa industria, profissão, arte ou officio.

A respeito porém das industrias, profissões, artes ou officios que não possam desde logo obviamente assimilar-se ou dos que os progressos sociaes forem creando, o governo, precedendo as necessarias informações, as incluirá em tabellas addicionaes, que fará pôr em execução.

§ unico. De quatro em quatro annos o governo apresentará ás cortes a tabella geral de todas as profissões, industrias, artes ou officios que tenham sido classificados por assimilação ou com taxas novas, para obter a approvação legislativa.

Art. 25.º É o governo autorisado a fazer os regulamentos necessarios para desenvolvimento e execução das disposições contidas na presente lei, a estabelecer as multas convenientes para tornar efectiva essa execução, e bem assim a fazer as despesas que exigir a formação e aperfeçoamento das matrizes.

Art. 26.º Fica revogada em geral toda a legislação em contrario, e em especial a relativa aos impostos extinctos pela presente lei.

Sala da commissão, 21 de maio de 1860.—*Antonio José de Avila—Rodrigo Nogueira Soares Vieira, relator—Thomaz de Carvalho—Antonio Rodrigues Sampaio—Carlos Cyrillo Machado—Augusto Xavier Palmeirim—Joaquim Gonçalves Mamede—Francisco José da Costa Lobo*—Tem voto do sr. *Justino Antonio dos Freitas*.

## TABELLA A

Que comprehende as profissões, industrias, artes ou officios que não podem formar gremio

Aguardante de qualquer especie ou genheira (fabrica de), cada hectolitro (quasi 6 almudes) da capacidade das caldeiras, em cada mez em que trabalhar, seja qual for a quantidade dos dias: nas distillações intermitentes.....	500
nas distillações continuas.....	1800
Em Lisboa trinta vezes estas taxas para compensar os direitos de consumo	1800
No Porto vinte vezes idem.	
Alcatrão, breu ou outras materias resinosas (fabricante de): tendo até seis operarios.....	6800
e cada operario a mais.....	600
Almocrevo ou recoveiro, cada cavalladura.....	1800
Almocrevo (estabelecimento de dessecar), cada par de mds.....	5800
Assucar (fabrica de refinação de) com motor a vapor ou a agua.....	100800
Azeite de oliveira (fabricante de): cada vara ou prensa ordinaria.....	1800
cada prensa ou machimino de espremer azeite com a vapor ou a agua.....	10800
Azeite que não seja de oliveira (fabricante de), cada prensa.....	6800
Bolacha (fabricante de): sem machimino a vapor ou a agua, e tendo até tres operarios.....	5800
cada operario a mais.....	2800
Cal e gesso (fabricante de): cada forno nas terras de 1.º e 2.º ordem, e dentro do raio de 10 kilometros, contados do centro d'ella, ainda que se estenda a diverso concelho.....	10800
idem de 3.º ordem, idem.....	5800
idem, em todas as outras a qualquer distancia d'ellas.....	2800
Cardação (fabrica unica e exclusivamente destinada a): cada carda cylindrica movida por vapor, agua ou cavalladura.....	4800
cada carda cylindrica movida á mão.....	1800
Carros (alugador de carros de bois ou cavalladuras): nas terras de 1.º ordem, cada carro.....	1800
nas terras de 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º ordem, cada carro.....	800
Cavallos (alugador de gado cavalhar ou mular): cada cavalladura nas terras de 1.º ordem.....	2800
cada cavalladura nas terras de 2.º ordem.....	1800
em todas as outras.....	1800
Cera (lagares de espremer a), cada prensa.....	1800
Cera e mel (creador de), de cada cortiço de abelhas.....	50
Companhia de trabalhos braçcos com caracter official, 10 por cento sobre os lucros que distribuir no ultimo anno anterior ao do lançamento.....	10%
Companhia anónima de qualquer especie, commercial ou industrial, 10 por cento sobre os dividendos que distribuir aos accionistas no anno anterior ao lançamento.....	10%
quando os estabelecimentos sejam exclusivamente fabricis pagarão só 6 por cento.....	6%
Cortumes (fabricante de), cada metro cubico da capacidade dos caixões, tanques, tinhas ou cubas. Inclue-se a capacidade da parte dos caixões ou tanques, denominados = olho =.....	600
Empregados publicos de corporações ou estabelecimentos não subsidiados pelo estado, 10 por cento sobre seus vencimentos.....	10%
Empregados publicos que recebam emolumentos, tenham ou não vencimento pelo thesouro, 10 por cento sobre a importancia d'esses emolumentos, segundo a lotação d'elles, ou sobre o liquido distribuido pelo cofre respectivo nas corporações onde o haja.....	10%
Espectaculos publicos (empresario ou companhia de), o vigesimo de uma receita completa ou producto de uma enchente no respectivo local, sem deducção de despesas, em cada mez que trabalhe, seja qual for a qualidade dos dias.....	1/20
Estamparia de tecidos (fabricante de): tendo dez mesas ou menos de estamparia á mão com molde.....	8800
e cada mesa a mais.....	1800
com machimino a vapor ou a agua, cada machina de estampar.....	50800
Cada rolo de estampar contar-se por vinte mesas, e cada perno por dez mesas.	
Farinhas (fabrica de) com machimino a agua ou a vapor para moer, peneirar e classificar as farinhas, sem fazer pão ou bolacha, cada par de mds.....	20800
Fiação de algodão, lã ou linho (fabrica de): cada dez fusos movidos por agua, vapor ou cavalladuras, quer sejam para trama, urdidura ou para torcer.....	300
cada dez fusos movidos á mão.....	100
Por menos de dez fusos nada se paga, nem também pelas fracções dos multiplos de dez.	
Jumentos (alugador de), cada um nas terras de 1.º ordem.....	500
cada um nas terras de 2.º ordem.....	300
cada um nas terras de 3.º ordem.....	200
Nas outras nada pagam.	
Leite (o que tem animas para venda de): cada vacca nas terras de 1.º e 2.º ordem.....	1800
em todas as outras.....	600
cada cabra nas terras de 1.º e 2.º ordem.....	200
Em todas as outras nada se paga.	
cada jumenta nas terras de 1.º e 2.º ordem.....	500
Em todas as outras nada se paga.	
Linho (estabelecimento de assedar), cada operario.....	1800

Louça de porcelana (fabrica de), cada forno, seja qual for o seu destino.....	10800
Louça ordinaria do pó de pedra ou commun (fabrica de), cada forno, seja qual for o seu destino.....	5800
Louça de barro ordinario (fabrica de), não sendo das comprehendidas na 8.ª classe da tabella B: cada forno nas terras de 1.ª e 2.ª ordem.....	5800
cada forno em todas as outras.....	2800
Metros de postas ou outros individuos que formem cavalladuras para serviço de correios, malas postas, diligencias ou empresas analogas, cada cavalladura.....	2800
Moinhos, azenhas ou atafones onde só se moe o grão, 10 por cento da respectiva renda.....	10%
Navios para fretar (dono de), não sendo classificado negociante para navegação de longo curso: cada tonelada.....	60
para navegação de cabotagem, cada tonelada.....	40
Nave (dono ou arrendatario de portos de), cada povo Olendas ou encenados (fabrica de) com mesas de estampar.....	12800
e alem d'esta taxa mais por cada mesa.....	800
Papel para escrever ou imprimir (fabrica de), sendo continuo e com motor de vapor ou a agua: cada cylindro de trituração, ou para qualquer outro uso.....	40800
não sendo continuo, tenha ou não motor a vapor ou a agua, cada tina.....	8800
Papelão ou papel pardo (fabrica de), cada tina.....	4800
Produtos chimicos (fabrica de): tendo até cinco operarios.....	20800
e cada operario a mais.....	2800
Rolhas de cortiça (fabricante de): tendo até cinco operarios.....	10800
cada operario a mais.....	1800
Sabão duro, molle ou sabonete (fabrica de): por uma ou mais caldeiras que contenham cinco hectolitros ou para menos (trinta almudes proximoamente).....	10800
e cada hectolitro (seis almudes proximoamente) a mais.....	1800
até o maximo de 500800 réis.	
Sebo (fabricante de velas de): tendo até seis operarios.....	6800
e cada operario a mais.....	1800
Seges, carruagens, caleças, liteiras, diligencias e outros vehiculos semelhantes (alugador de): cada cavalladura.....	3800
Serraria madeira ou pedras (fabrica de): com machimino completo a vapor ou a agua... por agentes braças ou pequenos e accidenaes motores de agua, cada operario.....	1800
Smagres (fabrica de), cada mdo ou galza.....	1800
Tecidos de algodão, linho, lã ou seda (fabrica de): cada tear mechanico movido a vapor, agua ou cavalladura, sendo circular.....	3800
sendo commun.....	1800
cada tear de mão.....	600
Telha ou tijolo (fabrica de): cada forno tendo até tres operarios.....	3800
e cada operario a mais.....	500
Tinturaria (fabrica de) de fíngr zuares ou fio): cada tear até seis operarios.....	10800
cada dorna a mais.....	1800
Vidro ou crystal (fabrica de): cada forno de fusão.....	12800







Em quanto não pozermos a nossa taxa de accordo com a de Hespanha, temos a porta aberta ao contrabando n'aqueles artigos em que haja uma differença tão consideravel como esta. Nem elle, ora, crederia que venha a resultar d'ahi desfalca para a receita publica, nem colhe o argumento da redução do imposto do sal em França, que produziu um grande deficit, porque o sal é um genero de consumo obrigado, ao passo que o assucar e o bacalhau são de um consumo facultativo, que depende da barateza do preço, em consequencia da redução dos direitos.

Vae tocar um ponto, sobre que chama muito particularmente a attenção do sr. ministro da fazenda. Em Hespanha, onde a protecção tem lançado grandes raizes, ha uns annos a esta parte vae um grande movimento no sentido da liberdade do commercio. Ha em Madrid uma sociedade economica para a reforma das tarifas, que tem lançado mão de todos os meios de que lançou mão a liga ingleza, e as suas idéas estão accitas por toda a parte, e já se insinuaram no animo dos ministros, que se encarregaram de apresentar projectos para a reforma das tarifas, o que nos leva a crer que este grande movimento ha de encontrar eco n'aquelle nação, e que se hão de operar grandes reformas na sua pauta.

Não como politico, mas como bom portuguez que se presa de ser, pede ao sr. ministro que attenda muito a isto, porque a questão é de vida ou de morte para a nossa existencia economica e financeira, que se tornará muito precaria quando assim aconteça. Então ha dois modos de conjurar as difficuldades e de evitar o mal, ou caminhar o sr. ministro da fazenda de accordo com a Hespanha ou isoladamente, tratando de acompanhar as reformas da pauta hespanhola com as da nossa pauta; e elle, orador, é de opinião que s. ex.º caminha de accordo com a Hespanha, porque o que devemos fazer é, sem nos levarmos por preconceitos, aproximarmos-nos quanto ser possa da Hespanha, pela nossa posição topographica, e estabelecemos as nossas relações commerciaes, uniformizando os pesos e medidas, a moeda, e fazendo liga de alfandegas, sem que d'ahi nos venha mal. E deve declarar o que entende por união das alfandegas peninsulares, é em primeiro lugar acabar completamente com as alfandegas secas (apoiados), que para nada servem, porque se gastam com ellas 31.000.000 réis, e rendem apenas 24.000.000 réis; e em segundo lugar uniformizar os direitos da pauta com a hespanhola, pontos estes capitais, segundo os quaes deve fazer-se esse accordo com a Hespanha.

Vota pelo imposto industrial, porque entende que é necessario, e porque reputa esta lei organisadora para a fazenda publica, e vota assim, sem trazer para aqui a questão de confiança, não obstante não estar convencido de que a administração actual tenha sido a mais economica para o paiz; mas isto não quer dizer que, quando o projecto em discussão for tratado na especialidade, não tenha de fazer algumas observações com relação ás tabellas, porque lhe parece que o maximo das tabellas é bastante elevado, e precisa ser modificado, e não haja de propor a eliminação d'aquellas taxas, que recebem produções que até aqui têm sido consideradas como agricolas, e não podem estar sujeitas a dois impostos, quaes são a venda do leite, a fabricação da manteiga, dos queijos, venda da cera mel e azeite, fabricação da farinha, etc.

Agora conclue as suas observações, declarando que na discussão da especialidade ha de fazer uma proposta n'este sentido.

O sr. Visconde de Pindella:—manda para a mesa um parecer da commissão de agricultura, sobre um projecto apresentado pelo sr. ministro das obras publicas.

O sr. Gavicho:—em geral todas as materias de impostos são difficilissimas, mas, com relação á industria, nada mais difficil, porque se em todos os casos se vae abrir a bolsa do povo, o que é grave, n'este caso não se conhece bem ao certo a renda liquida de qualquer industria para se poder collectar com igualdade.

Sente bastante que lhe chegasse a palavra tão cedo, porque tendo só hontem sabido que se ia tratar d'este negocio, não vem preparado para a discussão; mas esperando da camara a sua usual benevolencia para com elle, orador, dirá alguma coisa sobre a nossa contribuição industrial, sobre o systema das taxas e dos gremios, combinado com outro qualquer systema.

Em toda a industria, em que entrevenha o capital e o trabalho do homem, ou só o trabalho do homem, com quanto seja de lucro para elle, esse lucro deve estar sujeito ao imposto, e o estado tem direito a exigir uma quota parte para o thesouro: a difficuldade está toda em se não saber qual é o producto de uma industria.

Sem querer remontar á historia do imposto industrial, sem querer discutir se elle se deve á Suecia, como quer Enger, ou aos romanos na *lustralis collatio*, sem insistir mesmo na historia da contribuição industrial da idade media, dirá que o imposto industrial não é novo, é muito antigo, encontra-se na Italia no seculo XVI, e em Veneza principalmente.

Na Prussia mesmo encontra-se a contribuição industrial no seculo XVI e na idade media, e não se deterá muito no detalhe de como este imposto era de principio n'aquelle nação, nem de como era na Sicilia, na Grecia e na Italia, porque isso não vem muito a proposito agora; e se se pôde dizer que a nevoa dos tempos não torna muito respeitavel este imposto, não se pôde deixar contudo de entender que elle é indispensavel. É isso necessario, se se quer que todas as forças produtoras da nação, e todas as industrias lucrativas paguem com igualdade, tanta quanta deva ser, para as despesas do estado.

Seria por certo uma grande injustiça n'uma nação, principalmente como na nossa, onde as industrias fabril e commercial têm vivido á custa das outras, com direitos muitos protectores e alguns prohibitivos, que não deveriam pagar na justa proporção para as despesas do estado, quando a industria agricola, quando a terra, tem contribuindo, não diz que seja tanto quanto deva ser, mas mais e muito mais que a industria fabril, porque pelo orçamento vê-se a cifra que tem dado para o thesouro, e a quantia que tem dado para o thesouro a industria fabril é tão pequena, que equipara-la a zero não seria uma hyperbole.

Mas a contribuição industrial é uma necessidade, e a igualdade do imposto é reclamada mais entre nós do que em parte alguma.

Tem-se feito diversas tentativas e tem-se escripto muito a este respeito, uns querem o systema das taxas simples, outros a dureza das taxas temperada com os gremios, outros o juntar ás taxas o direito proporcional sobre a lotação das casas, outros o inquerito sobre o producto das industrias e algumas penas aquelles que não responderem com verdade quanto ao producto das suas industrias, outros fazem distincção entre industrias onde entra capital e industrias onde não entra capital, ou o producto do trabalho, e o producto do trabalho e do capital.

Qual d'estes systemas será o melhor? Eis aqui uma questão que elle mesmo, orador, não sabe resolver, nem ainda viu resolvida.

Vê em Inglaterra um systema muito diverso d'aquelle que o illustre ministro apresenta. Se ali vê

defensores do *income-tax*, vê em França muitos do systema seguido das patentes, e muitos do direito proporcional, acrescentando-se-lhe o direito fixo sobre a lotação das casas; vê também muitos sectarios do systema seguido na Prussia, e então é difficil saber qual d'elles tem razão.

No systema das taxas que o governo toma, calcula-se o producto liquido de uma industria, e em virtude d'esse mesmo producto liquido, tira-se uma certa quota para as despesas do estado. E que meios tem o governo para saber qual é o producto liquido d'essa industria? Não sabe quaes sejam; é uma questão difficil, e não sabe se mesmo o systema inglez seria mais sustentavel.

Vê que o systema das taxas assim, sem ter nada que o modifique, é tão duro que o sr. ministro da fazenda viu-se na necessidade de admitir o systema hespanhol, o systema de gremios para fazer com que os industriaes, ou uma certa classe se juntassem e tornasse menos injusta e mais igual a repartição.

Mas esses gremios deverão ser facultativos ou obrigatorios? Qual ha de ser o resultado dos gremios entre nós com os nossos costumes e nossas tendencias? Não sabe: sabe que se combateram os gremios com bastante força em França, e não sabe se as razões com que se combateram em França poderão ter valor entre nós.

Em quanto ás taxas que o sr. ministro da fazenda apresenta, declara com franqueza que lhe parecem excessivas: ellas são quasi no dobro das taxas francezas, onde a industria floresce, e onde a industria é completamente mais desenvolvida do que entre nós. O sr. ministro poderá dizer que as taxas hespanholas são mais subidas; é verdade, mas isso não quer dizer que devamos desde já estabelecer em Portugal umas taxas tão elevadas como as que se propõem.

Parece-lhe que é uma tentativa que se vae fazer, e não pôde com a mão na consciencia dizer que as taxas aos gremios, é melhor que o systema inglez, ou que o systema seguido em Baden, ou em outras nações, mas mesmo como tentativa, parece-lhe que se devem reduzir as taxas, pelo menos ás taxas francezas, e depois de examinar o que produzem na pratica estas contribuições, ver então se é necessario que produzam o dobro ou lançar-lhes alguns addicionaes.

Não vae de encontro ao systema seguido pelo sr. ministro, quer que esta industria pague, porque tem vivido á custa das outras industrias, e quando se tratar da especialidade, fará algumas observações quanto a algumas das taxas que vem no projecto.

O sr. Ministro da marinha (Sá Vargas) (sobre a ordem):—lé e manda para a mesa duas propostas de lei:

1.ª Para a fixação da força de mar no anno economico seguinte.

2.ª Para o governo ser auctorizado a dar por concluido ao conselheiro presidente da relação de Goa, Joaquim Antonio de Moraes Carneiro, o tempo que ainda devia servir na mesma relação, para gosar das vantagens que a lei em tal caso lhe concede.

Vão ás commissões respectivas.

O sr. Nogueira Soares:—a commissão de fazenda entrou no exame dos projectos que lhe foram apresentados pelo sr. ministro da fazenda, e fez a exposição dos motivos que a levaram a aprovar os mesmos projectos, no seu relatório, e por isso entende que não deve agora fazer perante a camara uma segunda edição mais acrescentada.

Parece-lhe que o que tem a fazer é examinar as observações que a respeito d'este projecto foram feitas pelos illustres deputados que o tem combatido, e responder quanto poder a essas observações.

O primeiro orador que fallou contra o projecto accusou a commissão de ter unicamente considerado as necessidades do estado, sem haver ao mesmo tempo considerado as necessidades do povo. Esta observação foi injusta, porque a commissão e a camara consideraram tanto umas como outras.

A camara tem votado muitos melhoramentos, e não tem sido só esta camara, como as anteriores; e de certo não teriam votado esses melhoramentos se não entendessem que o povo podia pagar alguma cousa para elles.

Seria impossivel que este governo ou outros governos estivessem propondo melhoramentos importantes, que traziam aumento de despesa, se não estivessem convencidos de que o paiz podia pagar os encargos que haviam de resultar de se fazerem esses mesmos melhoramentos, e sem estarem convencidos ao mesmo tempo de que era um excellento emprego do dinheiro aquelle que se faz n'esses melhoramentos.

A commissão, a camara e o paiz estão convencidos de que fazer estradas, caminhos de ferro e muitas outras obras de similhante natureza, n'uma palavra, bemfeitorias ao paiz, é o melhor modo de habilitar o povo para poder pagar as contribuições, porque assim elle poderá tirar partido dos seus productos, e ninguém ignora que ha em muitas partes do paiz muitas fontes de riqueza, que estão estagnadas e não são exploradas, porque a falta de boas communicações não convida a isso.

A maior parte das despesas para as quaes se pede dinheiro ao povo, são despesas que hão de augmentar a sua fortuna, e que hão de collocar todos os contribuintes em circumstancias de pagar melhor esse mesmo imposto (apoiados).

Houve epocha em que o povo pagava incontestavelmente mais que paga actualmente; só os dizimos importavam em muitos milhares de contos de réis; foram abolidos os dizimos, as sizas e os foraes, e não se pediram novos impostos ao povo em compensação d'este beneficio. O estadista que aboliu estes impostos declarou então que a decima e as alfandegas dariam para tudo, e por tanto não era necessario crear novos tributos; mas enganou-se, porque posteriormente se tem reconhecido que aquellas duas verbas de receita não eram suficientes para attender ás despesas publicas. E as nossas assembleas legislativas tem-se compenetrado d'esta verdade e attendido a esta necessidade como lhe cumpria e era mister a bem do paiz; e todos sabiam que a primeira assemblea legislativa que augmentou a receita publica, que se preocupou d'essa grande necessidade, foi o congresso constituinte de 1837, foi esta assemblea que lançou mais impostos, e fez n'isso um grande serviço ao paiz, por que os governos que a precederam deixaram-lhe um deficit de 5.000.000.000 réis. E sem os esforços que esta assemblea, e outras que se lhe seguiram fizeram para augmentar a receita publica, não estaríamos em muito peiores circumstancias, e talvez tivéssemos já deixado de existir como nação. (Vozes:—nada, nada.) Não sabe como uma nação possa existir sem satisfazer ás condições de nação; desde o momento que ella não tivesse meios para satisfazer ás despesas que lhe são inherentes, vinha d'ahi a desordem, a anarchia, a bancarrota, e a dissolução completa, porque não é possivel governar-se e sustentar-se uma nação sem ter os meios proprios para isso.

O imposto não é sempre um mal, o imposto pôde ser um bom emprego de dinheiro todas as vezes que o imposto se applique bem e utilmente para o progresso material do paiz, para satisfazer a serviços indispensaveis, e para satisfazer a dívida publica; n'estes casos o imposto é um bom emprego de dinheiro (apoiados).

Observou o primeiro orador que tomou parte n'esta discussão, que assim como a commissão diz que não se podia recorrer ás economias senão

lentamente, não sabia a razão por que se não recorria ao imposto tam lentamente. Responderia que, se o illustre deputado tivesse olhado com alguma attenção para o relatório do sr. ministro da fazenda, lá acharia a resposta á sua observação, por tanto ali se diz, que elevar immediatamente a contribuição á somma necessaria para estabelecer um completo equilibrio entre a receita e a despesa ordinaria, e prover aos encargos que têm de resultar das novas operações de credito, seria, na opinião do governo, uma tentativa inexecutavel; é pois o proprio governo e a propria commissão que reconhece, que é absolutamente impossivel saldar desde já o deficit por meio do imposto, mas é necessario pouco e pouco ir empregando todos os meios que tenderem para isto, é mister fazer com que o deficit diminua de modo que não seja necessario para saldar o deficit lançar mão de novas creações de titulos de dívida publica, porque no caso contrario ter-se-ha de lançar maiores tributos (apoiados).

Quanto ás observações feitas a respeito dos gremios, deve notar em primeiro lugar, que os gremios são facultativos e não obrigatorios. A facilidade de cada um se poder quotizar a si, é uma facilidade altamente liberal (apoiados). Todos os cidadãos n'uma certa posição, de uma certa profissão, e n'uma certa ordem de teres são obrigados a contribuir com um certo numero de taxas; mas como é possivel que entre esses cidadãos uns estejam em melhores circumstancias que outros, uns tirem mais vantagens que outros, não é justo que todos paguem uma taxa igual; e então a lei dá aquelles que compõem essas diversas profissões o direito de lançar ou dividir entre si as taxas que a corporação inteira é obrigada a pagar, graduando as quotas conforme as posses de cada um, e por consequencia, aquillo que podem pagar; têm a facilidade de elevar as taxas aquelles que forem mais ricos, e de as baixarem aos que tiverem menos fortuna, fazendo assim a distribuição das taxas: se elles por um accordo amigavel concordam entre si n'essa distribuição, se elles fazem a distribuição entre si pelo conhecimento que têm das suas fortunas respectivas, que elles conhecem melhor que ninguém, a distribuição, sendo justa e proporcional, está feita; mas se acaso elles não concordam, se não fazem a distribuição entre si, então a autoridade entrem e faz a distribuição conforme as informações que tem; mas é muito melhor que essa classe faça por um accordo amigavel a distribuição entre si, que sujeitarem-se a que a autoridade l'ha vá impor (apoiados).

Parece-lhe, pois, que esta facilidade que se dá á classe industrial d'ella poder fazer a distribuição das taxas entre si, é uma facilidade altamente liberal a que espera ninguém se opporá (apoiados). Quanto ás taxas, alguns srs. deputados as têm achado elevadas, e para o provarem compararam as taxas propostas com as que se pagam na França, Hespanha e diferentes paizes.

Faria em primeiro lugar uma observação generica e vem a ser, que se não pôde fazer idéa do systema de imposto que haja estabelecido n'um povo por um só imposto. Por exemplo, na Prussia as taxas são menos elevadas que na França e na Hespanha, e mesmo as propostas entre nós, e contudo os impostos são muito mais elevados, e são pagos pelas mesmas pessoas que pagam as taxas: o orçamento da Prussia é o terceiro orçamento da Europa, que comparado com o da Inglaterra e França que são quasi iguaes, faz apenas a differença dos orçamentos d'estas duas nações de francos 100.000.000, e apresenta uma verba de receita importante.

Ora se na Prussia as taxas são mais baixas que na França, na Hespanha e entre nós, é claro que a Prussia levanta uma somma enorme de contribuição de outras fontes de receita, e como aquelles que concorrem para essa fonte de receita são provavelmente, em grande parte, os industriaes, segue-se que o que pagam menos por uma parte, pagam mais por outra (apoiados). Por isso não se pôde fazer comparação isolada de um imposto com outro imposto. As proporções e produções de impostos variam conforme as circumstancias particulares de cada nação.

Se a Hespanha tira mais proveito das suas contribuições directas, a explicação d'este facto é simples; é porque as pautas hespanholas são diferentes das nossas, são mais protectoras e mais prohibitivas que as nossas, e as nossas pautas ainda que não são tão liberaes como deseja que o sejam (apoiados), como o hão de ser necessariamente (apoiados), com tudo são mais liberaes que as hespanholas (apoiados), e não iria muito para uma união de alfandegas, porque lhe parece, pelas razões que expende, que nós ficaríamos muitissimo prejudicados (apoiados).

Na questão de uns quererem que nos aproximemos dos hespanholos, e outros quererem que nos desviemos d'elles, fica n'um terreno medio entre o illustre deputado que fallou primeiro e o que fallou em ultimo lugar (apoiados).

Não tem tanto medo dos hespanholos como mostrou ter um illustre deputado, e por isso não entende que nós não devamos adoptar nem appropriar ao nosso paiz uma instituição boa só porque ella está estabelecida na Hespanha, embora esteja estabelecida na Alemanha, na Italia, na França ou n'outro paiz; nós devemos uniformizar as nossas instituições com as de Hespanha n'aquillo que nos convier. O que deseja, e desejam todos é que vivamos como uma nação independente e separada (muitos apoiados). O que não devemos é recusar-nos a adoptar para nós uma instituição qualquer que, apesar de ser reconhecidamente util, está estabelecida em qualquer paiz, não devemos levar tão longe o nosso espirito de separação e antagonismo (apoiados), isso seria o mesmo que não querer acompanhar os progressos da civilização (apoiados). Por exemplo, a França adoptou o systema metrico decimal, em seguida foi adoptado pela Belgica, Piemonte, etc; porque o não deviamos nós adoptar tambem? Adoptou-se, e fez-se muito bem em se adoptar (apoiados). Os gremios não foram uma invenção da Hespanha, já estavam estabelecidos na Prussia e na Baviera; a Hespanha adoptou-os e accomodou-os ao seu estado, e fez muito bem, e não tem dado mal ao seu isso.

A commissão expoz as razões que influiram no seu animo para a acção do systema que propõe, que lhe parece o mais conveniente e adaptado ao nosso estado, sem contudo querer dizer, que espera que d'ahi venha a nossa redempção, mas porque lhe parece melhor que os outros systemas; comparando o systema de correção com o das taxas fixas, o systema de correção estabelecido em França, e que se propoz entre nós na primeira e segunda tentativa que fizemos para a distribuição d'esta contribuição, parece-lhe que este systema é melhor que os outros.

A taxa proporcional estabelecida em França quando chegou a uma certa altura teve muitos inconvenientes: a camara sabe que a taxa proporcional, segundo a lei do anno 7.º, que foi quando se estabeleceu esta contribuição, era de 10 por cento; mas esta contribuição de 10 por cento, tendo-se elevado consideravelmente o valor das casas, tornou-se tão vexatoria que nenhum governo se atreveu a exigir a quota n'essa proporção, e portanto em França, quando a renda das casas subiu de preço, foi obrigado o governo a reformar essa taxa, que era de um decimo e um quinto sobre a renda da casa.

Entre nós houve difficuldade, no Porto e nas

provincias, em aceitar a taxa proporcional que se marcou quando se estabeleceu esta contribuição; mas isto que aconteceu entre nós tem acontecido n'outros paizes.

A respeito do illustre deputado que fallou em ultimo lugar, duvidar se seria melhor seguir o systema inglez, se o systema francez; deve dizer, que o systema inglez é pouco mais ou menos o systema actualmente estabelecido entre nós; o systema inglez é o systema de quota, que é o systema que nós cá temos; mas este systema em Inglaterra tem provado bem, e por isso não se tem visto na necessidade de recorrer ás taxas fixas; mas fosse-lhe permitido fazer uma differença que lhe custa fazer, e é que no nosso paiz as declarações dos nossos contribuintes não são tão exactas como o são na Inglaterra, e isto vem de cada um não se possuir como deve do sentimento do dever. Em Inglaterra não pensa cada cidadão que tem direito de lograr as pessoas que lhe pedem quaesquer declarações; ali não se faz obra meritoria de lograr qualquer quando se lhe vae pedir a declaração da sua fortuna, dá a declaração com toda a exactidão; todos sabem que os inglezes não se confessam, mas a respeito d'isto têm ás vezes certos apertos de consciencia que os obrigam, quando conhecem por um melhor exame que fizeram dos seus teres, que não deram uma declaração exacta, e que portanto não pagaram aquillo que podiam e deviam pagar, mandam ao chanceler do thesouro, n'uma carta fechada, sem dizer o nome da pessoa, e por descargo de sua consciencia, a parte da contribuição que pagou de menos; lá tem havido muitas vezes d'estes casos, não sabe se cá terá acontecido outro tanto, mas espera que aconteça assim como espera que os nossos contribuintes um pouco mais illustrados, virão a dar as declarações das suas fortunas tão exactamente como lhes cumpre dar, e é mister para que cada um pague na proporção dos seus haveres (apoiados).

Não tem até aqui sido feitas taes declarações como cumpria, porque os contribuintes estão persuadidos que o fisco é o seu maior inimigo, e que lhe deve pagar ou dar o menos que poder; em quanto os contribuintes estiverem n'esta errada persuasão, que espera acabe, não é possivel poder aceitar nem ter tanta confiança no systema que tiver por base as declarações dos contribuintes. Não somos só nós, é a França, a Alemanha e outros paizes da Europa que tem julgado que as declarações dos contribuintes não são sufficientes; esta pecha que nós temos, tem-na tido outros, e só acha excepção na Inglaterra. Ora em vista d'isto não ha outro recurso senão ir adoptando algum meio coercitivo dos abusos que se tem praticado, adoptando outro systema a fim de que cada um pague segundo os seus teres, e o thesouro receba as verbas precisas para attender ás despesas publicas nas suas diversas relações.

Vozes:—den a hora.

Tinha muitas outras considerações a fazer; tem muito sentimento em não responder desde já ao illustre deputado o sr. Gomes de Castro, a respeito da reforma das nossas pautas, mas como não quer levar a palavra para casa, e como relator da commissão terá occasião de pelo correr da discussão do projecto, dar algumas explicações e mostrar que concorda, como o sr. ministro da fazenda, em grande parte com as observações que o illustre deputado fez a este respeito; a falta da apresentação da reforma das pautas não quer dizer que se não apresentará, quer dizer, que se quer pensar mais moderadamente, que não nos devemos precipitar em assumpto tão grave, não se deve tratar de reforma das pautas sem primeiro tratar do que diz respeito á do imposto directo, em toda a parte assim se faz, em Inglaterra todas as vezes que se tem querido fazer alterações profundas nas pautas, não se fazem sem começar por augmentar o *income-tax*, sem o augmento d'este imposto não se faz a reforma nas pautas; portanto sem primeiro reformarmos o imposto directo não devemos reformar radicalmente as nossas pautas; e como acabasse a hora da sessão, acabava tambem aqui as suas observações, agradecendo á camara a benevolencia com que o escutou. (apoiados, muito bem).

O sr. Presidente:—declara que na conformidade da resolução da camara haveria sessão nocturna ás 8 horas, a fim de entrar em discussão o projecto n.º 49 relativo ao codigo do credito predial, e levanta a sessão.—*Erão quatro horas da tarde.*

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 2 de junho, estiveram presentes á chamada á meia hora depois do meio dia

Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Alves Martins, Lacerda (Antonio), A. de Carvalho, Antonio Feio, Barros e Sá, Henriques Secco, Fonseca Osorio, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Aristides, Palmeirim, Zefreino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Carlos Bento, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, Ramiro Coutinho, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Fortunato de Mello, F. Coelho do Amaral, Diogo de Sá, F. J. da Costa e Silva, Gavicho, F. Pinto Tavares, Rodrigues Batalha, Gaspar Teixeira, Blanc (Hermenegildo), Ferraz de Miranda, Mello e Minas, João José de Azevedo, Mello Soares, Rebello Cabral, Castro Portugal, Sousa Machado, Noronha e Menezes, Neutel, Faria Guimarães, Encarnação Coelho, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Christiniano da Fonseca, Alarcão, J. M. da Costa e Silva, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Aboim, L. Pinto Tavares, Affonseca, Seixas Penetra, Azevedo Pinto, Mariano de Sousa Feio, Pedro Jacome, Pedro Roberto, D. Rodrigo de Menezes, Nogueira Soares, Simão Maria d'Almeida, Thiago Horta, Ferrer, visconde de Pindella, visconde de Portocarrero.

SESSÃO NOCTURNA DE 2 DE JUNHO  
PRESIDENCIA DO EX.º SR. D. RODRIGO DE MENEZES  
As oito horas e tres quartos da noite verifica-se, pela chamada, estarem presentes 65 srs. deputados.  
O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.  
Acta da sessão do dia approvada.

ORDEN DE DIA  
DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI Nº 49 SOBRE O CREDITO PREDIAL.  
(Pela sua extensão não pôde ser publicado n'este logar; mas se-lo-ha no numero seguinte.)

O sr. Mello Soares:—requer que unicamente se leiam os dois artigos do projecto da commissão.

É approvado.  
O sr. Telles de Vasconcellos:—deseja saber se n'este projecto ha duas discussões, porque tem de mandar algumas propostas para a mesa.

O sr. Presidente:—o regimento marca que haja duas discussões, mas a camara pôde pedir a sua dispensa n'esta parte.

O sr. Cancellia:—declara que assistiu á discussão do projecto na commissão, e approvou em these o parecer tal qual foi elaborado, mas tem de oferecer algumas propostas.

O sr. Mello Soares:—pede que todas as propostas que se offereçam entrem em discussão com o projecto, e sejam depois enviadas á commissão.

Entra em discussão o projecto na sua generalidade.

Não havendo quem o impugne é posto á votação, e approvado na sua generalidade.

A requerimento do sr. Telles de Vasconcellos disse-se o regimento, e passa-se á especialidade.

O sr. Telles de Vasconcellos:—envia para a mesa a seguinte proposta:

«Propoño as seguintes alterações ao projecto em discussão:

1.ª Que ao artigo 6.º do titulo 2.º se addicione um §, collocado depois do § 4.º, e concebido nos termos seguintes:—O credito por dividas de soldadas relativas aos tres ultimos annos.—

2.ª Que seja eliminado o § 7.º do artigo 68.º do capitulo 3.º.

3.ª Que se introduza um artigo concebido nos termos seguintes:

Ficam sujeitos ao registro, que será gratuito, todos os titulos que disserem respeito a bens pertencentes ás camaras municipales ou corporações religiosas, ou outros bens que por qualquer titulo se possam considerar bens nacionaes.

4.ª Que o artigo 95.º seja redigido da maneira seguinte:—O logar de conservador do registro será provido em bacharel formado, e o de ajudante em individuo que tenha, pelo menos, um curso de instrução superior, sendo sempre preferidos os bacharéis em direito.—

5.ª Que o artigo 90.º seja substituido pelo seguinte:

Os conservadores do registro hypothecario são subordinados ao governador civil do respectivo districto. Por via d'estes receberão os ordens do governo, relativos ao exercicio das suas funcções.

6.ª Que no artigo 21.º do capitulo 2.º se eliminem as palavras:—Tendo n'este caso o credor a faculdade de designar os que mais lhe convém, estando em proporção com o valor da obrigação.—

7.ª Que o artigo 41.º seja substituido pelo seguinte:

Se o registro houver de comprehender differentes predios pertencentes á mesma pessoa e situados na mesma comarca, o registro será feito designando-se ou especificando-se cada um dos premios, mas debaixo de uma só verba.

8.ª Que se reforme a tabella a que se refere o projecto do codigo, adoptado-se o maximo 300 réis, e o minimo 50 réis, sendo a quantia para o registro na proporção do rendimento da propriedade ou valor que se registra.—*Telles de Vasconcellos.*

É admittida á discussão.

O sr. Mello Soares:—requer que todas as propostas que se apresentem, sejam impressas no *Diario de Lisboa*, e remetidas á commissão sem prejuizo do andamento da discussão.

É approvado.

O sr. Presidente:—declara que não havendo quem peça a palavra contra o projecto, vae propo-lo á votação.

O sr. Mello Soares:—entende que não se pôde votar já este artigo, porque muitos srs. deputados têm tenção de mandar diversas propostas para a mesa, e a votação do artigo invalida essa apresentação.

O sr. José Esteves:—declara que nem a commissão, nem o nobre ministro teve intenção de aproveitar qualquer ensejo favoravel para o projecto passar sem debate. Em propor-se uma sessão nocturna para este fim, não houve em vista o fazer passar uma lei d'esta importancia, sem que a camara a examinasse bem. Portanto convida os illustres deputados que tiverem a fazer mais algumas emendas ou propostas, a manda-las para a mesa, e a commissão dará sobre ellas o seu parecer. Se não houver quem peça a palavra, propõe que se dê a sessão por acabada, e que a commissão vá considerar as propostas que se offerecerem.

O sr. Mello Soares:—entende que a camara não deve levantar a sessão d'este modo; mas sim que approve o projecto salvas todas as emendas, addittimentos e eliminações que se apresentem.

Vozes:—nada, nada.

O sr. Presidente:—convida o illustre deputado a reduzir a escripto a sua proposta.

O sr. Mello Soares:—em vista da manifestação da camara tem escrupulo em mandar a proposta, e por isso não a apresenta.

O sr. Chamigo:—sustenta e manda para a mesa a seguinte proposta:

«Propoño que a discussão do projecto n.º 49, na especialidade, seja adiada para uma sessão nocturna na terça-feira 5 do corrente mez, sendo entretanto mandadas á commissão, em qualquer das sessões diarias, as alterações e emendas que os srs. deputados quizerem fazer-lhe, para serem por ella avaliadas.—*Chamigo.*»

Sendo considerada como adiamento, é apoiada e entra em discussão.

O sr. Mello Soares:—combate o adiamento, porque entende que as razões allegadas pelo sr. Chamigo não procedem, porque a camara tem tido o necessario tempo para estudar esta questão, que a sua mesma importancia mostra a sua necessidade.

O sr. Rebello Cabral:—apoiar o adiamento. Não desconhece a importancia da questão, mas na verdade parece-lhe que a camara não está sufficientemente habilitada para a sua immediata discussão.

O sr. Barros e Sá:—ainda que o projecto foi dado para ordem do dia ha mais tempo do que aquelle que prescreve o regimento, e por consequencia devendo todos estar habilitados para o discutir, no entanto parece-lhe não haver inconveniente em annuir aos desejos de alguns srs. deputados em que esta discussão se reserve para terça-feira.

O sr. Chamigo:—ainda sustenta a sua proposta, porque considera este projecto de muita gravidade e de grande conveniencia para o paiz, mas é innegavel, mesmo pelo que tem tido logar na sessão, que a camara não está competentemente habilitada para essa discussão.

O sr. José Esteves:—sustenta e manda para a mesa a seguinte proposta:

«Requero que a camara decida que haverá sessões nocturnas duas vezes por semana, para discussão do codigo do credito predial, e que as propostas apresentadas em uma sessão, sejam discutidas na immediata, sobre parecer dado pela respectiva commissão acerca d'ellas.—*José Esteves.*»

É admittida.

O sr. Chamigo:—pede licença á camara para retirar a sua proposta de adiamento.

É retirada.

O sr. Thomás de Carvalho:—a proposta do sr. José Esteves constitue um methodo de discussão, que não pôde ser accito pela camara. Tem-se dado um caso singular n'esta sessão; tem-se fallado sobre todas as questões incidentes, havendo silencio completo sobre a questão principal.

Entende que tendo sido aberta a discussão sobre o projecto, e não havendo quem pedisse a palavra contra, o que havia a fazer era votar, salvo os artigos sobre que se tivessem apresentado propostas, como indicou o sr. João de Mello, porque do contrario, e admitindo-se a idéa do sr. José Esteves, para que as propostas apresentadas n'uma sessão sejam discutidas na seguinte, é interminavel a discussão do projecto.

O sr. Rebello Cabral:—não approva este methodo de discussão. Quer que se approve o codigo de credito predial e n'este objecto não ha maioria nem minoria, todos reconhecem a necessidade de legislar a este respeito; mas é preciso estudar a materia convenientemente, e isso não se pôde fazer em tres dias. Se á primeira vista salta a necessidade de fazer alterações no projecto, se alguns membros da commissão assignnarem com declarações sem manifestar quaes ellas são, como era do seu dever, como se queria que o projecto fosse approvado im-



